

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

CLAUDIA ROSALINA ADÃO

Territórios de morte: homicídio, raça e vulnerabilidade social na cidade de São Paulo

São Paulo
2017

CLAUDIA ROSALINA ADÃO

Territórios de morte: homicídio, raça e vulnerabilidade social na cidade de São Paulo

Versão original

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais e Participação Política.

Área de Concentração:

Ciências Sociais Aplicadas

Orientador:

Prof. Dr. Dennis de Oliveira

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Adão, Claudia Rosalina

Territórios de morte : homicídio, raça e vulnerabilidade social na cidade de São Paulo / Claudia Rosalina Adão ; orientador, Dennis de Oliveira. – São Paulo, 2017

65 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo
Versão original

1. Sociologia urbana - São Paulo (SP). 2. Homicídio - São Paulo (SP). 3. Violência urbana - São Paulo (SP). 4. Negros.
I. Oliveira, Dennis de, orient. II. Título

CDD 22.ed. – 307.760981611

Nome: ADÃO, Claudia Rosalina

Título: Territórios de morte: homicídio, raça e vulnerabilidade social na cidade de São Paulo.

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências do Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política.

Área de Concentração:
Ciências Sociais Aplicadas

Aprovado em: ____ / ____ / _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Para Davilson.

AGRADECIMENTOS

Há uma cena no filme Selma em que Coretta Scott King, esposa de Martin Luther King, diz a uma amiga que não se sentia preparada para um encontro que teria com Malcolm X. A amiga responde que ela, como todas as pessoas negras, estava sendo preparada desde quando os nossos ancestrais em África criaram a agricultura e a metalurgia, resistiram aos horrores do tráfico negreiro, à travessia do Atlântico, aos sofrimentos e humilhações. Com suor, sangue e criatividade eles ajudaram a construir o que somos e os lugares em que vivemos.

Guardada as devidas proporções, quero aqui agradecer a Deus e aos meus ancestrais pela energia vital e força geradora. Agradeço também aos que me escutaram, incentivaram, colaboraram para o meu desenvolvimento, animaram-me quando não me sentia preparada e me mostraram que para além do título está a experiência e o compromisso com o que somos e com as pessoas que servimos. Fui preparada através do amor, da solidariedade, da memória e da fé. Faço memória aqui, de todos e de todas que tem me preparado. A vocês a minha gratidão: aos meus pais Claudio e Margarida pela inspiração, referência apoio e incentivo e por terem me dado a oportunidade de crescer em um lar acolhedor e cheio de afeto.

Ao meu irmão e amigo Claudio Antônio, que acompanhou todo com o processo com a sua criticidade amorosa e torcida e por quem eu nutro uma profunda admiração.

À minha cunhada Claudia (isso mesmo, mais uma Claudia na família) pela sua amizade e apoio e ao meu sobrinho Luiz Otávio por ter multiplicado em mim o amor e a alegria.

A minha tia e madrinha Aparecida que soube antes de mim que eu seria capaz e como um mantra sempre me repetia isso. Ao meu padrinho Alberto (in memoriam) pela sua presença sutil e por ter marcado com amor, chocolate e flores a minha história.

A minha família ampliada: Jefferson, Andreia, Bruna, Bernardo, Talita e Everton, Paulo, Ingrid e Pedro, a convivência com vocês me inspirou, edificou e trouxe leveza ao meu processo.

Agradeço também aos educandos, educandas, à equipe interdisciplinar, às educadoras e educadores e demais equipes do Centro Social Marista Ir. Justino e da

Rede Marista de Solidariedade. Aos companheiros e companheiras na luta pela promoção e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Ao grupo de assistentes sociais e psicólogos da Rede Marista de Solidariedade da cidade de São Paulo, Cristiane, Denise, Débora, Eduardo, Tânia, Samira e Talita.

Ao Sidinei da Biblioteca da EACH USP pela acolhida.

À Rede Quilombação de ativistas antirracistas pela militância miúda e graúda. Aos amigos e amigas de fé do Anchieta, Vanessa, Jonas, Osvaldo, Bruno, Tiago, Thais, Maria, Rena e Marcos, pelo testemunho e compromisso com a juventude e também pelas diversas vezes que me receberam para falar da pesquisa.

Ao meu orientador Dennis de Oliveira, exemplo de intelectual orgânico, que muito tem me ensinado através do seu comprometimento e generosidade, eu me senti honrada por ter sido orientada por ele.

Aos amigos e amigas da Comissão do Rosário dos Homens Pretos da Penha de França, por terem me proporcionado um espaço de militância, mística e acolhida.

Às amigas, Marta, Emanuelle, Cristina, Aline, Emerson, Franciele, Clélia, Franz, Jorge, Jarbas e Lucas pelos momentos de descontração, reflexão, acolhida e apoio que me ajudaram a revigorar o ânimo.

RESUMO

ADÃO, Claudia Rosalina. **Territórios de morte**: homicídio, raça e vulnerabilidade social na cidade de São Paulo. 2017. 65 f. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Versão original.

A população negra, principalmente a sua juventude, é a maior vítima de homicídios no Brasil. Na cidade de São Paulo o fenômeno se repete e revela uma concentração dos homicídios nos distritos mais vulneráveis socialmente. Nestes territórios vive a maioria da população negra, corroborando uma articulação perversa entre vulnerabilidade à morte e raça no espaço urbano da cidade. São Paulo tem suas origens na segregação socioespacial e nas políticas de exclusão do escravismo tardio. A maior vitimização por homicídios da população negra nos territórios mais vulneráveis da capital paulista não é um fato pontual, episódico, mas foi construído sistematicamente.

Palavras-chave: Homicídios. Vulnerabilidade social. Raça. Território urbano.

ABSTRACT

ADÃO, Claudia Rosalina. **Death territories**: homicide, race and social vulnerability in São Paulo city. 2017. 65 f. Dissertation (Master in Social Change and Political Participation) – School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2017. Original version.

The black people, especially its youth is the biggest victim of homicide in Brazil, in the city of São Paulo, the phenomenon is repeated. The concentration of homicides occurs in places with greater social vulnerability, in that places lives the majority of black people. There is a perverse link between vulnerability to death and race in the urban space of São Paulo city, which had been created in the urban segregation and the exclusion policies of the late slavery, the homicides in black people on the most vulnerable areas of São Paulo It isn't only an isolated fact, but was built systematically.

Key-words: Homicide. Social vulnerability. Race. Urban territory.

*"O conhecimento é como um jardim: se não for cultivado, não pode ser
colhido"*
(Provérbio Africano)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1 Crônica de uma morte anunciada	10
1.2 Homicídios no Brasil e em São Paulo	11
2. UM CAMINHO CONSTRUÍDO: POLÍTICAS DE SEGREGAÇÃO	15
2.1 De escravo a cidadão ou, parafraseando Clóvis Moura, “de bom escravo a mau cidadão”	21
2.2 Sobre Classes Sociais	23
3. NO CHÃO DA CIDADE: SEGREGAÇÃO URBANA DA POPULAÇÃO NEGRA EM SÃO PAULO	26
3.1 “A cidade não para, a cidade só cresce, e o decimasobe e o de baixo desce”	29
3.2 Territórios negros.....	30
3.3 Da “desmontagem” dos territórios negros à formação das periferias.....	32
3.4 Caminhos desiguais: pobreza na cidade de São Paulo.....	37
3.5 Juventude e desigualdades.....	40
4. NECROPOLÍTICA: A PRODUÇÃO DA MORTE DOS NEGROS E NEGRAS	51
4.1 Eram todos negros	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	59

1. INTRODUÇÃO

Estava a caminho do trabalho, em uma manhã de segunda-feira do mês de março de 2015. O trajeto era o mesmo: desci do ônibus em um ponto da Avenida São Miguel, caminhei pela Rua João José e entrei no túnel que dá acesso ao bairro União de Vila Nova, onde fica o Centro Social no qual trabalho.

Na rua notei uma movimentação atípica, helicópteros sobrevoavam o local, vários carros de polícia e a concentração de muitas pessoas em torno de uma faixa amarela. Eu me aproximei e vi os corpos de três rapazes que tinham sido assassinados durante a madrugada.

A imagem daqueles rapazes sem vida, estendidos no chão, impactou-me. Os dados referentes ao crescente aumento dos homicídios da juventude negra já me inquietavam, mas o que vi naquela manhã, “aquele dado”, tão materializado, foi uma combinação da dimensão e peculiaridade de um homicídio, um (a) jovem com um nome, um corpo, pertencente a uma família, morador de um determinado território, com uma história que compõe uma estatística e desnuda um processo histórico de segregação e desigualdade.

Os índices de homicídios na cidade de São Paulo, seus lugares de ocorrência, e o perfil de suas vítimas têm me instigado algumas questões:

- Quais áreas da cidade de São Paulo proporcionam mais letalidade para os seus habitantes? E por quê?
- Qual é o perfil da população que reside nestas áreas e qual foi o processo que a levou a viver nessas regiões?

1.1 Crônica de uma morte anunciada ¹

Em *Crônica de uma morte anunciada*, desde a primeira página, Garcia Márquez anuncia a morte de Santiago Nasar. É certo: ele irá morrer. Todos os habitantes do vilarejo sabiam previamente que os irmãos Vicar queriam matar Santiago, mas nada fizeram para impedir. Diante da situação irreversível, no

¹Título do livro de Gabriel Garcia Márquez

decorrer do livro, os leitores acompanham os fatos que levaram ao assassinato da personagem.

O extermínio dos jovens negros no Brasil dialoga com o drama literário de Garcia Márquez; A juventude negra começou a morrer muito antes que o corpo de um dos seus jovens tombasse pela violência letal. Nessa dissertação de mestrado buscarei decifrar as condicionantes que contribuíram e contribuem para a geração dessas mortes.

A população negra, principalmente a sua juventude, é a maior vítima de homicídios no Brasil. Na cidade de São Paulo o fenômeno se repete revelando uma concentração dos homicídios nos distritos mais vulneráveis socialmente. Em tais territórios vive a maioria da população negra.

O ponto de partida é o de que existe uma articulação entre vulnerabilidade à morte, raça e território no espaço urbano da cidade de São Paulo originada na segregação socioespacial e nas políticas de exclusão do pós-abolição. A hipótese relaciona uma maior vitimização por homicídios da população negra nos territórios mais vulneráveis da cidade de São Paulo, não resultando num fato pontual, episódico, mas construído sistematicamente. No decorrer dessa dissertação buscarei demonstrar essa construção.

1.2 Homicídios no Brasil e em São Paulo

No ano de 2012, 42.416 mil pessoas foram assassinadas no Brasil, isto equivale a 10% dos homicídios no mundo, representando 116 mortes a cada dia do ano, segundo o *Estudo Global sobre Homicídios 2013* desenvolvido pelo Escritório das Nações Unidas sobre drogas e crimes (UNODC, 2013). De acordo com ele, o Brasil ocupa um lugar de destaque no *ranking* dos países mais violentos do mundo, apresentando um dos indicadores mais altos do mundo. A taxa média de homicídios global é de 6,2 por 100 mil habitantes, ao passo que a no Brasil está próxima de 30 vítimas para cada 100 mil pessoas.

No Brasil, 93,3% dos vitimados por homicídios são jovens do sexo masculino e desse percentual 70% são negros (WAISELFISZ, 2015).

O quadro abaixo elaborado a partir de dados do Mapa da Violência 2016² aponta que no período de 2003 a 2014 houve no Brasil uma queda no número de homicídios por armas de fogo da população branca e aumento de vítimas da população negra, representando uma queda de 26,1% no segmento branco e um aumento de 46,9% no negro.

Tabela 1 – Número de homicídios de negros e brancos

Ano	2003	2014
Negros	20.291	29.813
Branco	13.224	9.766

Ao incorporar a análise às respectivas populações, obtivemos as taxas de homicídio por armas de fogo a cada 100 mil habitantes, indicando os seguintes resultados:

- Queda nas taxas de homicídio por armas de fogo na população branca de 14,5 por 100 mil em 2003 para 10,6 em 2014, somando uma diminuição de 27%;
- De 2003 a 2014 crescimento de 24,9 para 27,4 nos homicídios por armas de fogo a cada 100 mil habitantes da população negra, representando um aumento de 9,9% (WAISELFIZ, 2016).

Em 2005 o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2015), publicou o Relatório de Desenvolvimento Humano – Brasil 2005 – Racismo, Pobreza e Violência, apresentando uma análise das desigualdades raciais no Brasil relacionada à violência letal. O referido relatório constatou que tanto em estados com altas taxas de homicídio quanto em estados nos quais os números são inferiores à média nacional, os negros são a maior parte das vítimas, onze anos depois os dados do Mapa da Violência 2016 continuam a constatar essa realidade.

Segundo o *Mapa da Violência 2016: Homicídios por armas de fogo no Brasil* (WAISELFISZ, 2016), entre os jovens de 15 a 29 anos o homicídio corresponde à principal causa de mortes não naturais no Brasil. De acordo com o Mapa, os jovens representam aproximadamente 29% da população brasileira, concentrando 58% das mortes por armas de fogo, ou seja, mais do que a metade dos homicídios no país.

²É importante destacar que só a partir de 2002, quando 92,2% dos óbitos por causas externas já apresentavam o dado raça e cor, é que foi possível incorporar a análise racial dos homicídios.

Em 2012 a taxa geral de homicídios em 100 mil habitantes no Brasil por armas de fogo foi de 21,9 e a da população jovem foi de 47,6 por 100 mil habitantes.

A denúncia do extermínio de jovens negros é feita desde os anos 70 por organizações do Movimento Social Negro,³ no entanto, passou a ganhar visibilidade nos órgãos formadores de opinião somente na última década. Através de pressões desse movimento foram incluídos os itens referentes à raça e etnia nas pesquisas quantificadoras dos homicídios na declaração de óbito⁴.

Na cidade de São Paulo, a taxa de homicídio é de 12,6 por 100 mil habitantes, índice abaixo da média nacional de 21,9 por 100 mil habitantes (WAISELFISZ, 2015). Ainda assim, a população negra e em especial a sua juventude é a mais vitimada pela violência letal.

Tabela 2 - Taxa de homicídios por 100 mil habitantes

Brasil	21,9
Estado de São Paulo	19,3
Cidade de São Paulo	12,6

O Instituto *Sou da Paz* em estudo sobre a evolução de homicídios na cidade de São Paulo (BENTO & RECHENBERG, 2013)⁵, aponta uma taxa de vitimização de jovens negros na capital paulista superior às do estado de São Paulo como um todo. As armas de fogo são responsáveis por 78% das mortes entre a população jovem negra na capital.

O trajeto proposto por essa pesquisa busca compreender os fatores que contribuem para que a população negra na cidade de São Paulo seja mais vitimada pela violência letal. Nosso ponto de partida, no capítulo 1, será as políticas de exclusão da população negra no pós-abolição, no capítulo 2 trataremos do processo de deslocamento dos negros para os territórios mais pobres da cidade, de forma

³ Como exemplos podemos citar o assassinato do jovem negro Robson Silveira da Luz, ocorrido na cidade de São Paulo em 1978. Robson foi falsamente acusado de roubar frutas na feira. Esse episódio esteve no contexto do surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU). (CPI) década de 80, o Jornal Irohín do movimento negro de Brasília, o qual já denunciava o assassinato da juventude negra e trouxe a pauta a concepção de extermínio da população negra (CPI).

⁴ A informação sobre cor e raça foi incluída no SIM (Sistema de informação sobre mortalidade do Ministério da Saúde) a partir de 1996. Somente a partir de 2002 quando 92% dos óbitos por causa externa já apresentavam essa informação é que foi possível incorporar a análise racial dos homicídios.

⁵ Homicídios na cidade de São Paulo: diagnóstico das ocorrências registradas entre janeiro de 2012 e junho de 2013.

articulada com o processo de segregação urbana. No capítulo 3, por meio do conceito de Necropolítica desenvolvido por Achilles Mbembe (2011) discutiremos sobre a produção da morte da juventude negra na periferia de São Paulo.

2. UM CAMINHO CONSTRUÍDO: POLÍTICAS DE SEGREGAÇÃO

A população negra habita majoritariamente as regiões leste e sul da cidade de São Paulo, áreas periféricas e, não coincidentemente, os territórios mais pobres do município. Interessa-nos saber como e porque se deu o deslocamento da população negra para esses territórios. Esse fenômeno está intrinsecamente relacionado ao processo de periferização da cidade. Antes de iniciá-lo, consideramos relevante observar as condições de vida da população negra desde o período pós-abolição, objetivando compreender as motivações dos deslocamentos pela cidade.

Tratar das condições de vida da população negra na pós-abolição permite-nos perguntar se foram criadas políticas reparatórias e de inserção desse segmento recém liberto na sociedade. A resposta a essa questão, segundo Moura (2014), Fernandes e Bastide (2008) e Domingues (2005) é não! De acordo com esses autores, no Brasil foram criadas estratégias de exclusão da população negra, sendo imprescindível apreender de forma contextualizada a motivação destas. Para tanto, utilizaremos os conceitos de Modernização Conservadora e Modo de Produção Escravista desenvolvidos por Clóvis Moura (1988).

A Modernização Conservadora refere-se a uma modernização sem mudança. O progresso econômico, tecnológico e cultural transcorrem sem modificação das relações de produção. As relações capitalistas desenvolvem-se sob uma base escravista.

A tecnologia era introduzida do exterior, os meios de comunicação mecanizavam-se, abriam-se estradas de ferro em todo o território nacional, o cabo submarino era inaugurado, tínhamos gás de iluminação, telefone, bondes de tração animal, mas tudo isso superposto a uma estrutura traumatizada no seu dinamismo pela persistência de relações de produção escravistas. Era portanto uma modernização sem mudanças (MOURA, 1988, p. 219).

Nesse período constituíram-se as bases para o desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil, direcionado ao atendimento prioritário das demandas externas, à manutenção da concentração da posse da terra e à superexploração do trabalho na centralidade da reprodução do capital (OLIVEIRA, 2016).

Na Modernização conservadora, estratégias sociais, políticas e econômicas foram criadas para o aparecimento do escravismo tardio e a substituição do trabalho escravo pelo livre, garantindo o processo de abolição da escravatura sem alteração das estruturas da sociedade, baseada na concentração de renda. Se durante a escravidão a população negra era explorada e não desfrutava das riquezas da sociedade, o pós-abolição representou uma continuidade deste processo.

O Modo de Produção Escravista se estende de 1550 (ano de chegada dos primeiros africanos ao Brasil) a 1888 (ano da abolição da escravatura) e é dividido por Moura (1988) em dois períodos:

- Escravismo pleno (1550 – 1850⁶)
- Escravismo tardio (1851 – 1888)

Moura (1988) destaca que no Brasil o escravismo se diferencia do escravismo clássico por produzir riquezas e estar articulado ao modo de produção mercantil. O Escravismo tardio compõe o período do fim do comércio de escravos até a abolição da escravatura, representando o estágio de decomposição estrutural do modo de produção escravista.

Neste período, como já mencionado, no intuito de manter os seus privilégios e preservar os seus interesses, as elites coibiram a inserção social dos escravos, criando mecanismos reguladores (estratégias de exclusão) e controladores deste processo de transição da escravidão para o trabalho livre. A Lei de Terras e a Política Imigrantista foram duas destas medidas com implicações diretas no processo de segregação da população negra.

Até meados do século XIX, a concessão de terras no Brasil era realizada pela Coroa - as sesmarias - ou simplesmente ocupada. Com a Lei de Terras de 1850, o Estado que antes concedia terras, cria uma medida que congela a estrutura fundiária nas mãos dos antigos senhores de escravos. A terra, antes concedida, passa a pertencer aos que já a ocupavam. Os antigos senhores de escravos poderiam no futuro arrendar as suas terras aos imigrantes europeus, que chegariam ao Brasil a partir da Política Imigrantista de 1875.

Desta forma a população negra que seria liberta com a Abolição da Escravatura de 1888 já estaria excluída do acesso à terra (FERREIRA, 2005).

⁶Ano que foi promulgada a Lei Eusébio de Queiroz que extingue o tráfico negreiro com a África.

Em 1888, ano da Abolição, houve um crescimento de 70% do contingente de imigrantes europeus na cidade de São Paulo, a estes foram concedidas terras para o cultivo, o que não se estendeu à população negra (SANTOS, 1998).

De acordo com Domingues (2005) a Política Imigrantista ocasiona a importação do trabalhador livre europeu, desequilibrando a oferta de força de trabalho e provocando a desqualificação do nacional – leia-se trabalhador negro, preterido do acesso à terra e ao emprego nas fábricas e fazendas.

A partir de meados do século XIX a discriminação contra o negro era um elemento que fazia parte de todos os programas de imigração. A Lei 514 tratava da concessão de terras devolutas aos imigrantes europeus e proibindo a concessão para os escravos:

Art. 16º: A cada uma das províncias do Império ficam concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares de seu território, seis léguas em quadra de terras devolutas, as quais serão exclusivamente destinadas à colonização, e não poderão ser roteadas por braços escravos⁷ (DOMINGUES, 2005, p. 36)

Em 1890 o decreto nº 528 regularizava o serviço de introdução de imigrantes no Brasil, proibindo a entrada de asiáticos e africanos.

Domingues (2005) afirma que a imigração de europeus para a constituição de um mercado de trabalho livre foi uma política genuinamente paulista, pautada em um recorte discriminatório do negro através da perspectiva do branqueamento. Não foi necessariamente um modelo nacional de substituição do trabalho, mas sim uma ação paulista.

O Congresso agrícola de 1878, no Rio de Janeiro e em Recife, auxilia na compreensão da mentalidade que serviu de esteio para as ações políticas da classe dominante da época.

A classe dominante nordestina entendia como solução para o problema de mão de obra o aproveitamento do trabalhador nacional e concebiam o programa imigrantista como oneroso aos cofres públicos. Por outro lado, os fazendeiros paulistas entendiam o imigrante branco europeu como mais 'adiantado' culturalmente, ao contrário do brasileiro, visto como indolente e imprestável para o serviço agrícola.

⁷ Coleção das leis do Império do Brasil de 1848 (Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1849, p. 36).

Havia dois projetos de organização do trabalho livre em disputa, um representado pelas classes dominantes nordestina e mineira e pelos cafeicultores do Vale do Paraíba, defensores da exploração do trabalhador nacional; e outro pelos cafeicultores do Oeste paulista favoráveis à imigração (DOMINGUES, 2005). Neste contexto, o negro simbolizava a encarnação de um atraso a ser eliminado do mercado de trabalho, justificando, portanto, a imigração em massa de europeus representantes da modernização do Brasil (DOMINGUES, 2005).

Em 1889 a imigração subsidiada de brancos europeus transformou-se em Política oficial do Estado de São Paulo⁸. Rodrigues Alves implantou uma política oficial de favorecimento dos imigrantes europeus na perspectiva de transformá-los em proprietários:

Se de um lado, o estado paulista implementou políticas públicas de “ação afirmativa” a favor dos trabalhadores brancos imigrantes europeus, em contrapartida, insistimos, não cogitou conceder as mesmas regalias para os negros, tampouco avaliou-se a possibilidade de aplicar políticas reparatórias aos ex-escravos e seus descendentes (DOMINGUES, 2005, p. 71).

Na transição do trabalho escravo para o assalariado, na cidade de São Paulo, o trabalhador nacional foi substituído pelo estrangeiro, o negro pelo branco.

Como já demonstrado, a Política Imigrantista impactou de forma considerável o acesso à terra e ao mercado de trabalho aos negros e negras.

Carlos José Ferreira Santos (1998) ao tratar da distribuição por nacionalidade nos setores julgados como fundamentais para o desenvolvimento econômico e social da cidade de São Paulo, tais como artísticas, comerciais manufatureiras, destaca que mais da metade era composta de estrangeiros. O quadro abaixo ilustra essa constatação:

Quadro I – Distribuição das atividades por nacionalidade na cidade de São Paulo em 1893⁹

⁸ “Foram criadas leis e decretos e o governo apoiou o funcionamento de associações e sociedades, como: Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração, criada em 1871, respaldada política e economicamente; e na década de 80 do século passado, a Sociedade Promotora de Imigração dirigida por Martinho Prado Jr. Foram criadas também a agência oficial de Imigração e a Hospedaria dos Imigrantes (...). Das entradas em São Paulo, cerca de 81,08% foram subsidiadas pelo estado entre 1890 – 1899 (...)” (DOMINGUES, 2005, p. 71).

⁹ Relatório apresentado ao cidadão Dr. Cezário Motta Júnior, Secretário dos negócios do Interior do Estado de São Paulo pelo diretor da repartição de estatística e arquivo Dr. Antonio de Toledo Piza, em 31 de julho de 1894, 1894, p.68 e 72 In Fernandes, op. cit, p.11.

Atividades	Nacionais	Estrangeiros	Totais
Transporte e comércio	1.998-18,98%	8.527 – 81,02%	10.525
Artísticas	1.481 -14,46%	8.760 – 85,54%	10.241
Comerciais	2.680-28,34%	6.776 – 71,66%	9.456
Manufatureiras	774 -21,11%	2.893 – 78,89%	3.667
Totais	6.933-20,46%	26.956 – 79,54%	33.889

Fonte: P. 48 – Nem tudo era italiano

Ao analisarmos a nacionalidade dos empregados na indústria têxtil, os nacionais - grupo no qual se inclui a população negra -, apresentam ampla desvantagem em comparação aos estrangeiros. O quadro abaixo corrobora esse dado, apresentando a distribuição por nacionalidade em 6 fábricas têxteis da cidade de São Paulo em 1911.

Quadro 2 Trabalhadores na Indústria Têxtil por nacionalidade – Fábricas – 1911 ¹⁰

Indústria	Nacionais	Estrangeiros	Ignorada	Total
San'Anna	148 – 5,5%	2.537-94,49%	-	2.685
Mariangela	365 – 19,8%	1.538– 80,82%	-	1.903
CotonificioR.Crespi	242 – 18,54%	1.063– 81,45%	-	1.305
Ipiranga	220 – 28,02%	565 – 71,97%	-	785
Industrial	63 – 10,50%	53 – 8,83%	484-80,67%	600
Anhaia	86 – 17,20%	330 – 66%	84– 16,08%	500
Total	1.124-14,45%	6.086-78,25%-	568– 7,38%	7.778

Fonte: Nem tudo era italiano

A Lei de Terras e a Política Imigrantista foram criadas pelo Estado Brasileiro, prejudicando o acesso da população negra aos recursos da sociedade, fato denotador do caráter racista destas medidas, demonstrando um processo de discriminação racial brasileiro não limitado ao somente no discurso, mas consolidando-se através de Leis e Políticas Públicas (Domingues, 2005).

¹⁰In Boletim do departamento estadual do trabalho ano I, n.1 e 2. SP, IV trimestre de 1911, p.715.

Domingues (2005) ao tratar das estratégias discriminatórias contra o negro no pós-abolição, apresenta como exemplo a legislação discriminatória presente na formação do mercado de trabalho livre e de colonização no século XIX.

Em 1830 foi criado um decreto-lei que regulamentava a locação de serviço no campo, configurando-se como a primeira tentativa de organização do mercado de trabalho livre no Brasil. No artigo 7º do decreto havia a proibição de contrato de trabalho com africanos. “Art. 7º. O contrato mantido pela presente Lei não poderá celebrar-se, debaixo de qualquer pretexto que seja, com africanos bárbaros, à exceção daqueles que atualmente existem no Brasil”¹¹

No período da Primeira República, na cidade de São Paulo, a desigualdade racial entre negros e brancos no mercado de trabalho livre permanece.

Os imigrantes europeus procediam de regiões rurais da Europa e não tinham experiência com o trabalho nas fábricas e com a ética do trabalho contratual (Domingues, 2005, p. 01). As citações abaixo ajudam a elucidar essa questão:

(...) a enorme massa de trabalhadores que entraram em São Paulo e, conseqüentemente, os que foram trabalhar na capital do Estado, tinham sua origem nas lavouras em seus respectivos países (SANTOS, 1998, p. 57).

Afinal, os imigrantes aqui chegados procediam de trabalhos diferenciados: inexperientes (...) E, mesmo que a grande maioria dos estrangeiros fosse totalmente qualificada, não haveria a necessidade de alguns industriais buscarem trabalhadores especialmente na Europa (RAGO In SANTOS, 1988, p. 58).

Tudo indica que os nacionais da Pauliceia foram, em grande parte, também preteridos por se diferenciarem dos padrões socioculturais e da lógica produtiva em construção (SANTOS, 1988, p. 58).

Esses exemplos rebatem o argumento de que o imigrante era mais preparado do que o trabalhador nacional.

Nas ocupações que não prescindiam de escolaridade e mão de obra especializada, o negro era preterido em favor do imigrante branco, acarretando num alijamento da população negra das atividades formais. Podemos afirmar, portanto, que esta comunidade ficou desocupada neste período por falta de oportunidade de emprego e não por vontade própria. Como resultado, tivemos a sua exclusão de um

¹¹Coleção das leis do Império do Brasil de 1830, parte I (Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1876, p.33).

mercado de trabalho não baseado em critérios técnicos, mas raciais, resultando na consequente marginalização social.

Se em determinados setores da produção, a especialização era necessária (mestre, contramestre, técnicos diversos), e mesmo isso pode ser questionado em alguns casos, uma vez que certas atividades é possível adquirir essa especialização, na grande maioria das funções isso não ocorria. O pessoal técnico em 1894, num total de 5.258 trabalhadores, somava somente 4,54% (239 pessoas), ou seja, 95,45% eram os não técnicos (MOURA, 1983, p.141).

Somente na década de 1930, com o decreto nº 19482 que suspendeu por um ano o desembarque de imigrantes, o negro começou a ser incluído no mercado de trabalho. As empresas foram obrigadas a empregar pelo menos dois terços de brasileiros natos, o que beneficiou indiretamente a população negra (Domingues, 2005).

A pesquisa de Bastide e Fernandes (2008) acerca da dinâmica da desigualdade racial na cidade de São Paulo ¹² também destaca a dificuldade de inserção do negro em ocupações mais rendosas no mercado de trabalho:

À medida que se processava a desintegração do acanhado artesanato herdado do período colonial, as ocupações independentes ou rendosas caíam continuamente nas mãos dos imigrantes europeus. É preciso notar que o meio social só começou a comportar a multiplicação de atividades sociais, que garantissem relativa segurança e prosperidade econômica com apoio na aplicação exclusiva de energias pessoais combinadas a reduzidos capitais, num momento em que a escravidão entra em crise e em que a imigração se intensifica. Por isso, as oportunidades criadas pelas tendências de desenvolvimento urbano da economia paulista vão beneficiar os imigrantes europeus e muito pouco os mulatos e negros libertos (BASTIDE & FERNANDES, 2008, p.59).

As oportunidades de trabalho as quais a população negra tinha acesso, eram as mais simples: serviços domésticos ou que exigiam aptidões elementares e mal remuneradas (BASTIDE & FERNANDES, 2008).

2.1 De escravo à cidadão ou, parafraseando Clóvis Moura, “de bom escravo a mau

¹² O livro *Branços e Negros em São Paulo* foi escrito no contexto da década de 1950, fruto de uma pesquisa encomendada pela UNESCO e proposta pelo editor da Revista Anhembi que visava compreender as relações étnico-raciais no Brasil. O foco da pesquisa era a questão do negro na cidade de São Paulo, a tese da UNESCO era de que ao contrário dos EUA as relações raciais não eram conflituosas.

cidadão”¹³

(...) a transição do regime escravocrata para o regime de classes não se operou com a mesma rapidez que a transformação do status político do negro. A medida legal abolicionista, promulgada sob o governo monarquista e consagrada pelo governo republicano que o substituiu em 1889, concedeu aos manumitidos direitos formais, o que levaria um dos paladinos do movimento abolicionista a afirmar que a Abolição se revelara uma ironia atroz. É que a transição precisava se operar como um processo histórico-social: o negro deveria antes ser assimilado à sociedade de classes, para depois ajustar-se às novas condições de trabalho e ao novo status econômico-político que adquiriria na sociedade brasileira (BASTIDE e FERNANDES, 2008, p. 89).

Até aqui tratamos das políticas excludentes criadas no pós-abolição para a população negra. Sua constituição, assim como o processo de transformação do escravo em trabalhador livre, tiveram um impacto crucial nas condições de vida e no lugar ocupado por negros e negras na sociedade de classes. Deste modo, consideramos importante tratar do processo de transformação do escravo em trabalhador livre. Segundo Ianni (1987), o processo de ruptura entre o trabalhador e os meios de produção ocorrido no Brasil durante a segunda metade do século XIX, ocasionou uma contradição entre mercadoria e escravidão. Vale questionar: por que a contradição entre mercadoria e escravo somente se tornou insuportável a partir desse período?

Na segunda metade do século XIX começa o processo de diferenciação da estrutura econômico-social no Brasil, lançando as bases para o capitalismo industrial consolidado entre 1930 e 1964 (IANNI, 1987). O referido processo manifestou-se através da expansão e do predomínio da cafeicultura na economia nacional, na redução e extinção do tráfico de africanos, no aparecimento do setor fabril e na expansão do setor de serviços. A diferenciação da estrutura econômico-social tornou a coexistência entre mercadoria e escravo incompatível.

Na cidade de São Paulo, no Oeste Paulista, na cafeicultura, a fazenda transforma-se em uma empresa (IANNI, 1987), penetrada paulatinamente pela

¹³Moura (1974)

racionalidade inerente à economia mercantil, a organização racional dos negócios relacionada a esfera da comercialização do café.

A condição escrava do trabalhador torna-se, nesse contexto, incompatível com os processos racionais do modo de produção capitalista, direcionado para a ampliação da margem de lucro. O escravo como meio de produção, torna-se um investimento oneroso, pois a sua vida produtiva está sujeita a flutuações como doença, fuga, incapacidade permanente ou temporária e a morte (IANNI, 1987).

O escravo assim é afastado da esfera dos meios de produção e a sua força de trabalho torna-se mercantilizada, de forma a atender as exigências de oferta e demanda (IANNI, 1987), criando, a partir de então, um mercado efetivo de mão-de-obra baseado no trabalho livre.

A liberdade que se dá ao escravo é a liberdade de oferecer-se no mercado de trabalho como mão de obra apenas. Trata-se de eliminar qualquer vínculo rígido e permanente do trabalhador com os meios de produção (...) com o deslocamento do escravo da esfera dos meios de produção, os empreendimentos produtivos podem racionalizar-se com mais liberdade, sem o obstáculo representado pela presença de capital mobilizado em caráter permanente em escravaria (IANNI, 1987, p. 46).

O fim da escravidão insere o Brasil na sociedade de classes. Nela o trabalhador vende sua força de trabalho e a população negra passa a ser detentora de sua força de trabalho, condição que a destina a um lugar na sociedade de classes.

2.2 Sobre Classes Sociais

Tendo como norte a tradição marxista, a constituição de classe refere-se ao lugar que ocupam e o papel que os indivíduos desempenham no processo produtivo (MONTAÑO & DURIGUETO, 2012). Segundo Marx (2001) as classes sociais são fundadas na divisão social e num modo de produção determinado, constituídas ao longo da história, principalmente a partir da polarização entre produtores diretos de riqueza e os proprietários dos meios de produção, e essa relação polarizada entre os criadores caracteriza um determinado tipo de sociedade.

Duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de confrontar-se e entrar em contato: de um lado, o proprietário de dinheiro, de meios de produção e de meios de subsistência, empenhado em aumentar a soma de valores que possui, comprando a força de trabalho alheia; e, do outro os trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, de trabalho. Trabalhadores livres em dois sentidos, porque não são parte direta dos meios de produção (...) e porque não são donos dos meios de produção (...) O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho (...) O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo que dissocia o trabalhador dos meios de produção (MARX, 2001, p. 828).

No modo de produção capitalista as classes fundamentais constituem-se por burgueses e proletários, sendo a propriedade da força de trabalho, do capital ou da terra determinantes sobre o lugar que ocupam, o papel que desempenham e as relações que os sujeitos tendem a desenvolver no processo de produção de riqueza (MONTAÑO e DURIGUETO, 2012). A exploração de uma classe por outra fundamenta a sociedade capitalista. A população negra, durante a escravidão, foi explorada pelos senhores de escravo e protagonizaram diversas formas de resistência: as fugas e os quilombos são alguns exemplos (MOURA, 1959).

Após a abolição a condição de explorado do negro continuou. A transição do regime escravocrata para o trabalho livre deu-se no Brasil sem garantias que assistissem aos escravos ou medidas compensatórias protetoras (FERNANDES & BASTIDE, 2008), ao contrário, foram criadas medidas de exclusão para o acesso à terra e ao mercado de trabalho, como já foi demonstrado nos parágrafos iniciais desse capítulo.

Nesse sentido pode-se considerar o racismo como elemento estruturante das divisões de classe no Brasil, pois no processo de transição de modo de produção escravista colonial para o capitalista não houve rupturas e foi protagonizado pelas elites dirigentes do antigo período (OLIVEIRA, 2016).

Mesmo sem estar empregado ou ter acesso ao mercado de trabalho restringido, os negros e negras pertencem a classe trabalhadora, pois o que

determina o seu pertencimento não é estar empregado, mas precisar da venda de sua força de trabalho para sobreviver (MONTAÑO e DURIGUETO, 2012).

Aqui retomamos a frase que nomeia o nosso subtítulo de “bom escravo a mau cidadão¹⁴”, mote usado para discorrer acerca da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, da escravidão para a cidadania. Brancos e negros teoricamente passaram à condição de cidadãos, mas o racismo e as precárias condições nas quais foi colocada a população negra não se diluíram com o *status* de cidadão.

Dennis de Oliveira em seu artigo *Faxina étnica: projeto ideológico, ações políticas e interesses econômicos*¹⁵ afirma que o racismo brasileiro é produto da transição do sistema escravista para o capitalismo dependente.

O conceito de capitalismo dependente, desenvolvido por Florestan Fernandes (CARDOSO, 2011), trata do desenvolvimento do capitalismo no Brasil sem a realização de uma “revolução burguesa clássica” no que tange à consolidação de direitos e de cidadania para todos. A consequência desse projeto de capitalismo é a constante ruptura da ordem democrática-liberal, garantindo direitos humanos e de cidadania de forma seletiva, pautados nos estamentos sociais consolidados.

Para a construção desse capítulo, nos referenciamos em autores cujas obras contribuem para compreender as estratégias excludentes dos benefícios do sistema social e político destinadas à população. Na cidade de São Paulo tais estratégias contribuíram para a produção e reprodução de desigualdades raciais e espaciais perpetuadas até hoje.

As medidas de exclusão criadas pelas elites para manter e consolidar os seus privilégios tem como pano de fundo a modernização conservadora, resultante de uma combinação entre progresso econômico, tecnológico e cultural e as relações capitalistas baseadas no escravismo. A Lei de Terras e a Política Imigrantista são exemplos de mecanismos de manutenção de interesses e exclusão dos escravos que seriam “libertos” com a decomposição estrutural do modo de produção escravista.

Como o nosso foco é a cidade de São Paulo, apresentaremos suas políticas excludentes, destacando a Política Imigrantista a qual preteriu negros e negras do

¹⁴ MOURA (1974).

¹⁵ Artigo publicado na Revista Fórum: <http://www.revistaforum.com.br/2013/10/31/ok-faxina-etnica-projeto-ideologico-aco-es-politicas-e-interesses-economicos/>

acesso à terra e ao mercado de trabalho. Esse processo de exclusão deu-se, conforme demonstramos, através de Políticas racistas¹⁶ de estado contribuidoras do processo de marginalização social da população negra, segmento que historicamente não teve garantido o acesso à cidadania, sendo mais atingida pela distribuição desigual de riquezas e recursos sociais.

O escravo foi riscado como força dinâmica ao projeto de mudança social, e a abolição realizou-se de acordo com os interesses e estratégias das classes dominantes (...). Nenhuma reforma foi executada na estrutura brasileira, visando os interesses dos escravos: era o início da marginalização do negro após a abolição que continua até os dias de hoje (MOURA, 2001, p.284).

Terminada as considerações acerca das políticas de exclusão da população negra e as implicações delas nas condições de vida destes indivíduos na cidade de São Paulo no pós-abolição, trataremos no próximo capítulo do processo de deslocamento para os territórios mais pobres da cidade, articulada à noção de segregação urbana. Buscaremos compreender como e por que se deu o deslocamento da população negra para os territórios mais vulneráveis da capital paulista.

3. NO CHÃO DA CIDADE: SEGREGAÇÃO URBANA DA POPULAÇÃO NEGRA EM SÃO PAULO

Quais são as origens da presença do negro na cidade de São Paulo? Onde essa população se concentrava no período do pós-abolição? Sob quais condições vivia? Como se deu o processo que a levou a viver nas periferias da cidade?

A história do negro na cidade de São Paulo está imbricada com as fases do desenvolvimento econômico paulista. Trataremos nesse capítulo das origens da população negra e a participação desta na economia da cidade.

¹⁶ Ideologias racistas, comportamentos discriminatórios, atitudes fundadas nos preconceitos raciais e práticas institucionalizadas que resultam em desigualdade racial engloba o racismo, bem como a falaciosa noção de que as relações discriminatórias entre grupos são moral e cientificamente justificáveis. A Declaração da Unesco sobre Raça e Preconceito Racial de 27 de novembro de 1978 entende que o Racismo se manifesta por meio de disposições legais ou regimentais e por práticas discriminatórias, assim como por meio de crenças e atos anti-sociais; impede o desenvolvimento de suas vítimas, perverte quem o pratica, divide nações internamente, constitui um obstáculo para a cooperação internacional e cria tensões políticas entre os povos; é contrário aos princípios fundamentais do direito internacional e, por conseguinte, peroba seriamente a paz e a segurança internacionais (Relatório de Desenvolvimento Humano - Racismo, Pobreza e Violência, 2005).

A chegada do negro em São Paulo ocorreu com o início da importação de escravos, não sendo possível precisar o começo desse processo. Há hipótese que a sua chegada tenha relação com a importação de escravos em 1530 feita por Martin Afonso e que os mesmos vinham do Reino e não diretamente da África (BASTIDE & FERNANDES, 2008).

Neste período, São Paulo era uma vila de população acanhada, somando, em 1535, 120 habitações (BASTIDE & FERNANDES, 2008). Poucos moradores possuíam escravos, os quais se ocupavam com os trabalhos da lavoura, havendo a predominância de escravos indígenas.

É provável que quase três quintos dessa população fosse constituída por indígenas capturados em diversas regiões pelos brancos. Ou seja, a própria composição da população sugere que as necessidades de mão-de-obra tendiam a ser supridas, predominantemente, por meio do braço indígena (BASTIDE & FERNANDES, 2008, p. 29).

Existem algumas hipóteses para justificar o baixo número de escravos negros, quais sejam: 1) a pobreza dos moradores de São Paulo que não tinham recursos para competir com os senhores de engenho do norte da Colônia na compra de escravos e 2) o fato de que uma das principais fontes de renda dos paulistas era a venda ou escambo de índios capturados nas chamadas “guerras justas” e transformados em escravos (BASTIDE & FERNANDES, 2008).

Segundo Domingues (2005) As relações raciais em São Paulo no decorrer do século XVII foram profundamente alteradas pelo descobrimento das minas auríferas, fomentadoras das transformações no sistema econômico. Nesse período começa a formar-se um primeiro fluxo regular de escravos negros para São Paulo, ou seja, a descoberta e exploração das minas de ouro provocaram o aumento da necessidade de mão-de-obra que foi suplantada pelo trabalho do escravo negro.

Este é um momento decisivo na história do negro em São Paulo. Graças às descobertas e às suas repercussões na economia paulista, os escravos negros começam a deslocar os escravos índios da posição que eles ocupavam na organização do trabalho servil (BASTIDE & FERNANDES, 2008, p. 34). Esse período marca a maior participação do negro na organização do trabalho escravo de São Paulo. Cabe ressaltar que o mesmo não propiciou a fixação do escravo negro

em São Paulo, ocorrida apenas a partir da expansão da produção agrícola, baseada no açúcar, na aguardente e no café.

Na história deste estado, o negro não é tão importante pelo papel que desempenhou no período de mineração, mas pela representação na constituição e desenvolvimento da “grande lavoura”. Todos reconhecem que o progresso de São Paulo é um produto da expansão agrícola do século XIX (BASTIDE & FERNANDES, 2008). O desenvolvimento de São Paulo seria inconcebível sem o trabalho escravo negro, agente promotor da desagregação do antigo sistema econômico, favorecendo um tipo de exploração econômica mais complexa (BASTIDE & FERNANDES, 2008).

A expansão econômica e o desenvolvimento da grande lavoura provocaram o aumento das correntes demográficas de negros africanos e de escravos procedentes do norte. A necessidade de renovação constante da mão-de-obra escrava que trabalhava na lavoura, considerando-se sua vida útil de apenas 10 anos (BASTIDE & FERNANDES, 2008), provocou o aumento da presença de negros em São Paulo.

Um dado importante é que o crescimento da grande lavoura em São Paulo coincide com o período de colapso do sistema de trabalho escravo no Brasil, ocorrido por pressão da Inglaterra que objetivava impedir qualquer restrição aos seus produtos. A abolição da escravatura relaciona-se, portanto, ao intento de expandir o seu mercado consumidor, impulsionado pela Revolução Industrial. A proibição do tráfico de escravos em 1850 e a Abolição da Escravatura em 1888 são marcos desse processo (BASTIDE & FERNANDES, 2008): “(...) A renovação ilimitada do “braço negro” tornara-se praticamente impossível, desde a cessação do tráfico (...) o trabalho escravo se revelava cada vez mais dispendioso e de aquisição mais difícil (BASTIDE E FERNANDES, 2008, p. 58).

Como já retratado no capítulo sobre *Políticas de Exclusão da População Negra em São Paulo*, a opção dos fazendeiros para corrigir a limitação do mercado interno de trabalho e substituir a mão de obra escrava pela livre foi a importação de trabalhadores brancos europeus. Neste período São Paulo já se configura como uma cidade agroexportadora e sede administrativa da produção cafeeira: “a expansão cafeeira, associada ao surgimento de uma indústria ainda incipiente, iriam ser determinantes para seu crescimento acelerado, que a consolidaria como a maior cidade do país já nas primeiras décadas do século XX” (FERREIRA, 2005).

Concomitante às atividades da economia cafeeira, acontece a primeira fase da industrialização no Brasil e a produção industrial de São Paulo supera a de todos os estados brasileiros, por esse motivo São Paulo foi a cidade que mais se urbanizou.

3.1 “A cidade não para, a cidade só cresce, e o de cima sobe e o de baixo desce”¹⁷

Consideramos importante tratar alguns aspectos a respeito da diferenciação urbana e da produção social do espaço para a compreensão do contexto pelo qual se deu a urbanização em São Paulo, bem como o deslocamento da população negra nesse espaço urbano.

Partimos do entendimento de que o espaço urbano, ou seja, a cidade é produto do trabalho social humano e esse produto é apropriado de forma diferenciada, sendo o produto dessa apropriação diferenciada, a terra-localização ou localização (VILLAÇA, 2015).

João Whitaker Ferreira (2005) em seu artigo *A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil*, ao tratar da diferenciação urbana e da produção social do espaço afirma que a localização é que determina o valor do solo urbano:

Esta (localização) se caracteriza pelo trabalho social necessário para tornar o solo edificável (a infraestrutura urbana), as próprias construções que eventualmente nele existam, a facilidade de acessá-lo (sua “acessibilidade”) e, enfim, a demanda. Esse conjunto de fatores é que distingue qualitativamente uma parcela do solo, dando-lhe certo valor e diferenciando-o em relação à aglomeração na qual se insere. (FERREIRA, 2005, p. 06)

O espaço urbano em São Paulo é diferenciado a partir de sua localização, composta pela infraestrutura urbana, as construções e a facilidade para acessá-lo, e o Estado tem papel crucial na produção de localizações.

David Harvey (2014) trata da importância do papel do Estado na produção e exploração das condições geográficas desiguais. A riqueza e o bem-estar de territórios particulares aumentam à custa de outros territórios. As condições

¹⁷ Música A Cidade, de Chico Science – Álbum da Lama ao Caos, 1994.

geográficas desiguais não advêm apenas dos padrões desiguais de dotação de recursos naturais e vantagens de localização; elas são também, o que é mais relevante, produzidas pelas maneiras desiguais em que a própria riqueza, e o próprio poder se tornam altamente concentrados em certos lugares, como decorrência de relações assimétricas de troca. Uma das tarefas essenciais do Estado é tentar preservar o padrão de assimetrias espaciais de troca que seja mais vantajoso para ele (HARVEY, 2014).

Ferreira destaca que no início do século a diferenciação espacial pela localização e a intervenção estatal ganham outra dimensão com a intensificação da urbanização, deixando mais visível a segregação sócio espacial. O capitalismo industrial, ao exacerbar a divisão social do trabalho e a luta de classes, acentuou a divisão social do espaço: era quase natural que as classes dominantes continuassem a apropriar-se dos setores urbanos mais valorizados, justamente por sua localização privilegiada, por sua acessibilidade, e pela infraestrutura disponível, deixando os bairros menos privilegiados para as classes mais baixas (FERREIRA, 2005).

A diferenciação social passa a gerar bairros com péssimas condições de habitabilidade. O Brás e a Lapa eram os bairros operários, tanto pela proximidade da estrada de ferro inglesa, que tornava interessante a implantação das fábricas, quanto por serem as várzeas dos rios Tamanduateí e Tietê, com forte ocorrência de alagamento e, portanto, pouco interessantes ao assentamento habitacional das elites. Estas concentravam-se nos “bairros nobres”, para os quais a intervenção estatal não foi tímida: a construção do Viaduto do Chá, que ligava o “centro velho” à cidade nova, a abertura da Avenida Paulista, ainda na última década do século XIX e a implantação de infraestrutura básica no bairro de Higienópolis, nas encostas arborizadas e agradáveis do espigão da cidade. Segundo Bonduki (2004) é entre 1886 e 1900 que se dá o primeiro momento crítico de falta de habitação na cidade de São Paulo (FERREIRA, 2005).

A população negra compunha e compõe as classes mais baixas de São Paulo, e para ela foram destinadas as piores regiões da cidade.

3.2 Territórios negros

Tratar dos territórios negros nos remete, primeiramente, ao entendimento do da noção de território. Na busca por uma conceituação do termo, deparei-me com os estudos de Milton Santos. O autor afirma que este em si não se refere a um conceito:

O território em si para mim, não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam (SANTOS, 2002, p. 22).

A noção de território se constitui a partir da relação entre este e as pessoas que se utilizam dele, estabelecendo-se uma relação inseparável entre ambos. Ele diz respeito a realidade da vida coletiva, concretizando diversas relações, quais sejam: sociais, de vizinhança, solidariedade e de poder. É nele também que as desigualdades sociais se tornam evidentes (KOGA, 2003).

Dessa feita, tratar dos territórios que eram ocupados pela população negra no fim da escravidão e pós-abolição, engloba a dimensão das vivências, relações, trabalho e produção de cultura e resistência e reprodução de desigualdades sociais. Aos negros e negras foram destinadas as piores localizações da cidade corroborando o lugar que estes ocupavam na divisão social do trabalho (OLIVEIRA, 2013).

Além do trabalho na grande lavoura os negros e negras ocupavam-se dos serviços domésticos e o pequeno comércio. A circulação desta população pelas ruas como escravos e/ou libertos, como vendedores, ambulantes, quitandeiras, pessoas em trânsito para os trabalhos domésticos nas casas senhoriais, escravos de tabuleiro, fazia parte da dinâmica/cenário no centro velho da cidade. Próximo a essa região concentravam-se as áreas de moradia das elites.

Rolnik (1989), em artigo sobre os territórios negros da cidade, relaciona os lugares de moradia com a ocupação dos escravos e ex-escravos. A presença do negro no serviço doméstico, seja como escravo, seja como liberto, definia a contiguidade do território negro em relação ao espaço senhorial. O espaço das fontes, bicas d'água e rios, onde os escravos domésticos iam buscar água e as escravas e forras iam lavar roupa, constituíam também nódulos de um território de múltiplos pontos de conexão, que acabavam por desenhar um fio invisível ao redor

do espaço das casas senhoriais: sul da Sé, largo da Foca, paredão do Piques, bica do largo do Carmo, várzea do Carmo, mercado do Acu, largo do Rosário, tanque do Zunega (ROLNIK, 1989).

Além dos locais de comércio e moradia, configurava-se também como territórios negros da época os quilombos urbanos, como os Campos do Bexiga - na época Mata do Saracura - e as irmandades. As Irmandades negras foram atuantes no movimento abolicionista, contribuindo para o patrocínio coletivo da compra de alforrias. Em frente aos seus largos aconteciam os batuques e as celebrações.

As regiões de Santa Efigênia, Barra Funda, Lavapés constituíam os territórios negros da cidade de São Paulo, área delimitada como Centro Velho. No pós-abolição, negros e negras continuaram habitando essa região, vivendo em porões e cortiços, sendo essa a única opção barata de moradia no centro.

A constituição de um mercado imobiliário dual, no qual os pobres eram colocados na periferia, começou com a proibição de instalar cortiços na zona central definida pela postura de 1886 e reiterada pelo Código Sanitário de 1894, que proibia terminantemente a construção de cortiços e permitia a construção de vilas operárias higiênicas fora da aglomeração urbana (ROLNIK, 1989, p. 48).

3.3 Da “desmontagem” dos territórios negros à formação das periferias

Na administração do prefeito Antônio Prado (1899 – 1911) foram realizados os chamados “trabalhos de melhoramentos da cidade”¹⁸: o alargamento e a construção de ruas, construção de praças, transferência e demolições de mercados. Neste período a população negra foi desalojada de seus territórios, que eram considerados promíscuos pela elite da época. Desmontá-los era fundamental para intensificar o poder das aparências europeias e conferir uma imagem metropolitana à cidade e à República nascente (ROLNIK, 1989).

O fato de uma parte das tarefas e vivências cotidianas dar-se em um espaço mesclado de famílias, etnias, idades e sexos e das regras de contatos sociais, posturas corporais e maneiras de expressar afetividade não se manifestarem conforme a padronização elitizada defendia como dignas e respeitáveis, fez com que

¹⁸Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (Etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro) Raquel Rolnik

o território popular fosse visto e representado como promíscuo e desregrado (Idem, p.69)

Os “trabalhos de melhoramentos da cidade” inseriam-se nos planos urbanísticos que eram a forma pela qual o Estado exercia o seu controle sobre a produção do espaço urbano. As relações de poder se estabeleciam no âmbito urbano por um lado, em torno do privilégio dado as elites no direcionamento dos recursos públicos e na construção de bairros de elite, e de outro pela exclusão que atingia invariavelmente a população urbana mais pobre, e posteriormente o proletariado urbano (FERREIRA, 2005).

Estes trabalhos culminam com o processo de periferização das classes populares (abertura de loteamentos, autoconstrução em bairros distantes das áreas equipadas pela rede de transporte público da cidade, segundo uma lógica de higienização). Amparadas pela ideia de higienização dos bairros mais pobres – espaços em que se verificava uma relação direta entre insalubridade e doenças como a febre amarela, entre outras – as intervenções da época aproveitavam tal justificativa para promoverem paulatinamente a expulsão da população mais pobre das áreas centrais e renovar esses bairros com novos padrões de ocupação (FERREIRA, 2005).

Em São Paulo, como em diversas outras metrópoles brasileiras, a origem da intervenção do poder público no controle da produção do espaço urbano e da habitação deu-se através de medidas urbanísticas higienistas. O uso da legislação como aparato para o investimento em infraestrutura e equipamentos intensificou a segregação espacial, beneficiando o mercado imobiliário que atua através da especulação urbana ¹⁹. Tal advento provocou a migração dos que não tinham possibilidade de comprar ou manter uma moradia nessas áreas para as regiões mais longínquas das cidades:

(...) a implantação de uma complexa legislação urbanística, que estabelecia normas extremamente rígidas para a construção de edifícios e para as possibilidades de uso e ocupação do solo. Com isso, saía privilegiado o mercado imobiliário, capaz de respeitar tais regras ou dobrá-las graças à sua proximidade com o Poder Público e seu poder financeiro, e prejudicava-se definitivamente a população

¹⁹

Na especulação urbana, localidades bem estruturadas são vendidas a altos preços e outras áreas ficam temporariamente sem uso, esperando incentivo por parte do poder público para também se tornarem valorizadas e posteriormente vendidas.

mais pobre, incapaz de responder às duras exigências legais (FERREIRA, 2005, p. 08).

A autoconstrução de casas, na qual os próprios habitantes construía as suas moradias em loteamentos irregulares ou em favelas, e a pressão daqueles para que o Estado reconhecesse estas áreas e instalasse serviços públicos, foi o padrão de formação das periferias da cidade de São Paulo, representando o símbolo de padrão de segregação centro-periferia, predominante durante o desenvolvimento da cidade dos anos 40 aos 80 (CALDEIRA, 2013).

Em 1932 foi elaborado o Código de Obras de São Paulo para atender às pressões sociais que exigiam a instalação de serviços públicos (ROLNIK, 2001). Este dispositivo permitia o reconhecimento dos loteamentos irregulares da periferia sem, no entanto, estabelecer os critérios norteadores, deixando-os à cargo dos técnicos municipais e da Diretoria de Obras. Tal lacuna deu ao Estado condições de selecionar, muitas vezes, segundo interesses eleitorais e imobiliários, quais áreas deveriam ser urbanizadas.

Desta forma, a constituição destes territórios foi marcada pelo descaso do Poder Público no que tange à garantia de condições dignas de vida e infraestrutura de acordo com as necessidades dos habitantes destas localidades. Este padrão de urbanização segregadora²⁰ gerou desigualdades ainda latentes na cidade de São Paulo.

A Rede Nossa São Paulo elaborou em 2012 o quadro da desigualdade da região metropolitana da cidade, destacando alguns dados que explicitam esta constatação:

- Saúde: 26 dos 96 distritos da cidade sem leito hospitalar;
- Cultura: ausência de Centro cultural em 59 distritos;
- Emprego: concentração de cerca de 300 mil empregos no distrito do Itaim Bibi e apenas 136 no distrito do Marsilac.

²⁰ Segregar significa “por à margem, isolar, separar e marginalizar determinado segmento social, político, racial e religioso no corpo da sociedade (OLIVEIRA, 2013, p.43).

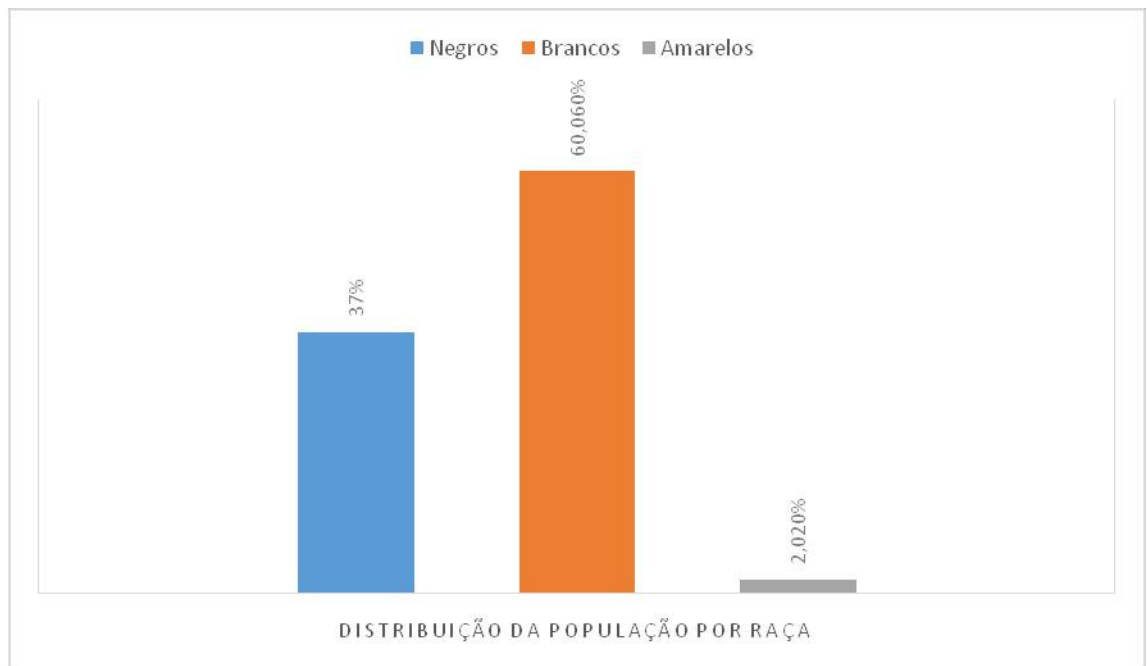
A segregação negra está atrelada ao processo de zoneamento social, não por acaso as localidades com maior concentração de negros estão nas regiões limítrofes da cidade.

Desde as primeiras décadas do século XX, o retrato etnográfico da população negra na cidade de São Paulo não passou por transformações estruturais, negros e negras continuam nos lugares pobres, distantes das melhores áreas da cidade ou próximos, mas distantes da hierarquia socioeconômica (OLIVEIRA, 2013).

Olhar para a composição étnica da população da cidade de São Paulo e para as regiões que cada segmento habita, ajuda a perceber que a segregação é social, espacial e também racial.

Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado em 2010, a população negra representava 37% dos habitantes do município de São Paulo, brancos representam 60.6% e amarelos 2,2%.

Gráfico 1 - Distribuição da população por raça na cidade de São Paulo.



Fonte: Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial de São Paulo.

A cidade de São Paulo possui 96 distritos divididos em 31 subprefeituras. A tabela e o gráfico abaixo apresentam as 5 subprefeituras com o maior percentual de negros e as 5 subprefeituras com o menor percentual.

Tabela 3 - Percentual de negros por subprefeitura na cidade de São Paulo.

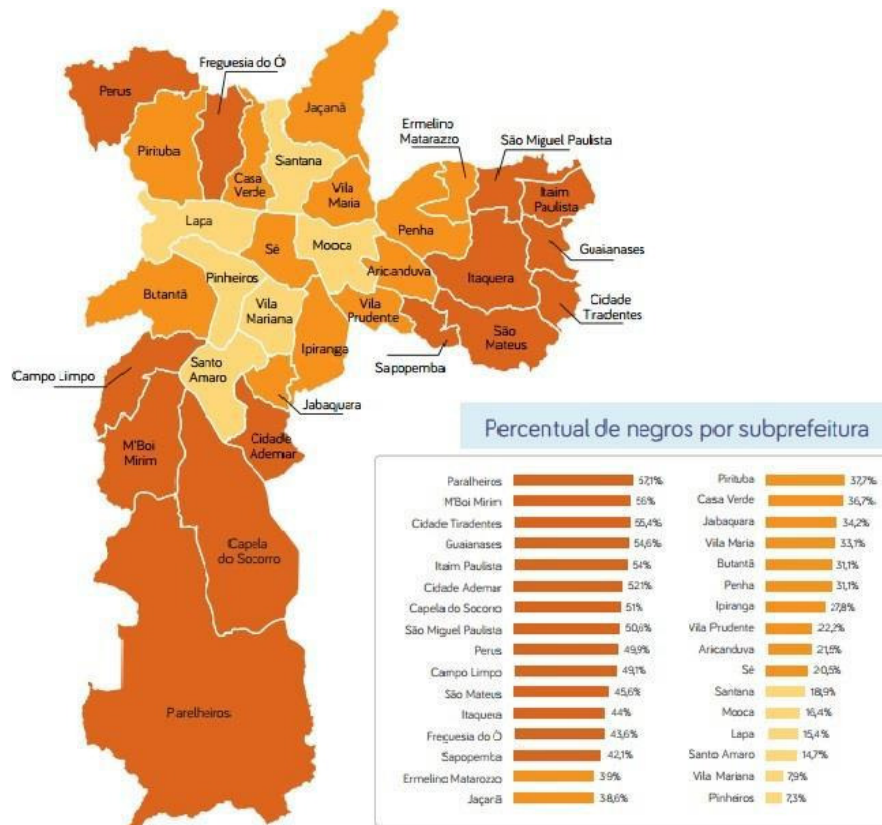
Subprefeitura	Percentual de negros
Parelheiros	57
M'Boi Mirim	56
Cidade Tiradentes	54
Guaianases	54
Cidade Ademar	52
Mooca	16
Lapa	15
Santo Amaro	14
Vila Mariana	7
Pinheiros	7

Fonte: Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial de São Paulo.

Parelheiros, M'boi Mirim, Cidade Tiradentes, Guaianases e Itaim Paulista correspondem às regiões com o maior percentual de negros; Pinheiros, Vila Mariana, Santo Amaro, Lapa e Mooca correspondem às cinco regiões com o menor percentual.

No Mapa abaixo está representada a distribuição da população negra por distrito administrativo com base no censo de 2010.

Figura 1 – Distribuição da população negra por distrito



Fonte: Relatório SP Diverso

As áreas destacadas em laranja escuro no mapa relacionam-se às regiões com maior concentração negra, localizadas nos extremos do mapa, ou seja, nas periferias da cidade.

3.4 Caminhos desiguais: pobreza na cidade de São Paulo

O termo vulnerabilidade social é utilizado nesse trabalho como referência às políticas, aos estudos ou às metodologias direcionadas para a desigualdade social

em São Paulo. Conceitualmente utilizamos a noção de pobreza enquanto fenômeno complexo e multidimensional (não limitado à insuficiência de renda, incluindo também a desigualdade na distribuição das riquezas socialmente produzidas e do não acesso ou acesso restrito aos serviços básicos, à informação, à renda digna e à participação social e política), que se expressa nas relações desiguais vigentes na sociedade capitalista.

Em sua proposta metodológica, a vulnerabilidade social relaciona a exposição ao risco à capacidade de resposta (ativos) da população pobre ele, não questionando os processos de produção da desigualdade social e a insuficiência estrutural das proteções sociais da América Latina (ARREGUI E WANDERLEY, 2009).

A Fundação SEADE criou o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS)²¹, objetivando identificar a localização espacial dos territórios com maior vulnerabilidade social, analisando detalhadamente as condições de vida dos habitantes do Estado e dos municípios de São Paulo. As informações utilizadas para a criação do Índice são provenientes do Censo Demográfico 2010, detalhadas por setor censitário²².

Os grupos de vulnerabilidade são numerados de 1 a 7, quanto maior o número, pior a condição de vida.

²¹ O Mapa da Exclusão/Inclusão Social foi um estudo pioneiro realizado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e coordenado pela assistente social Aldaíza Sposati que objetivava mensurar a presença da exclusão/inclusão na cidade de São Paulo, o primeiro produto foi lançado em 1995 e o último em 2000. No ano de 2004 a Secretaria da Assistência Social da cidade de São Paulo lança o Mapa da Vulnerabilidade Social do Município de São Paulo, a partir da análise do Censo 2010, com o objetivo de identificar com maior precisão as áreas da cidade mais expostas a situação de vulnerabilidade. Optamos nesse estudo, em utilizar os dados do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social por este ter informações mais atualizadas provenientes do Censo 2010.

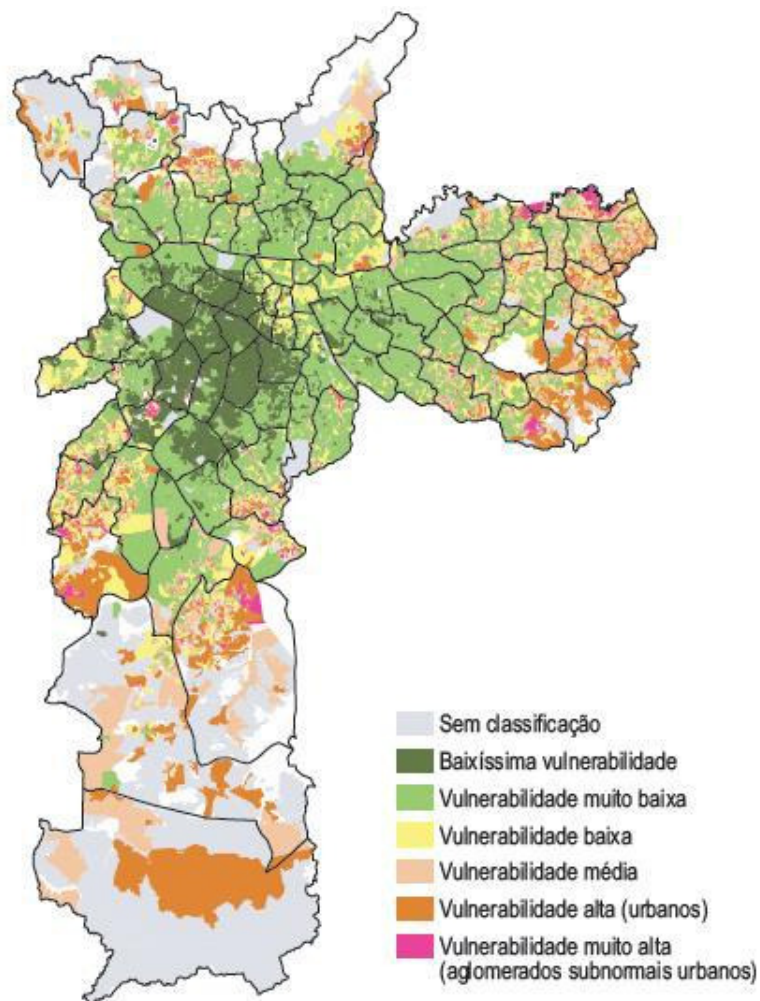
²² As informações sobre populações residentes em cada município, coletadas pelo Censo 2010 foram decompostas por setores censitários, que corresponde a um agrupamento contíguo de aproximadamente 300 domicílios.

Quadro 3 - Grupos de Vulnerabilidade Social

1-	Baixíssima
2-	Muito Baixa
3-	Baixa
4-	Média
5-	Alta
6-	Muito Alta
7-	Muito Alta Rural

Na ilustração abaixo é possível verificar que os distritos com maior vulnerabilidade social estão concentrados nos extremos da cidade, e os de menor vulnerabilidade social na região central, especificamente no quadrante sudoeste.

Figura 2 – Mapa da Vulnerabilidade Social do Município de São Paulo



Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento – Município em Mapas – Indicadores Sociais

Segundo os dados do IPVS em 2010, 70,1% da população da cidade de São Paulo vivia em áreas de baixa, muito baixa ou baixíssima vulnerabilidade social, correspondendo aos grupos 1, 2 e 3, e 7,5% da população residia em territórios de alta vulnerabilidade social.

Os grupos de menor vulnerabilidade social concentram-se nos distritos de Alto de Pinheiros, Perdizes, Consolação, Jardim Paulista, Vila Mariana, Moema, Pinheiros, Morumbi e Santo Amaro e correspondem às subprefeituras da Lapa, Pinheiros, Santo Amaro, Vila Mariana e Butantã.

Nos extremos do município, principalmente nos distritos de São Rafael, Grajaú, Jardim Ângela, Capão Redondo, Vila Andrade, Jardim Helena, São Miguel, Vila Jacuí, correspondentes às subprefeituras de Campo Limpo, Capela do Socorro, São Miguel, Guaianases e Parelheiros, há a concentração dos grupos de alta e muito alta vulnerabilidade (5 e 6).

3.5 Juventude e desigualdades

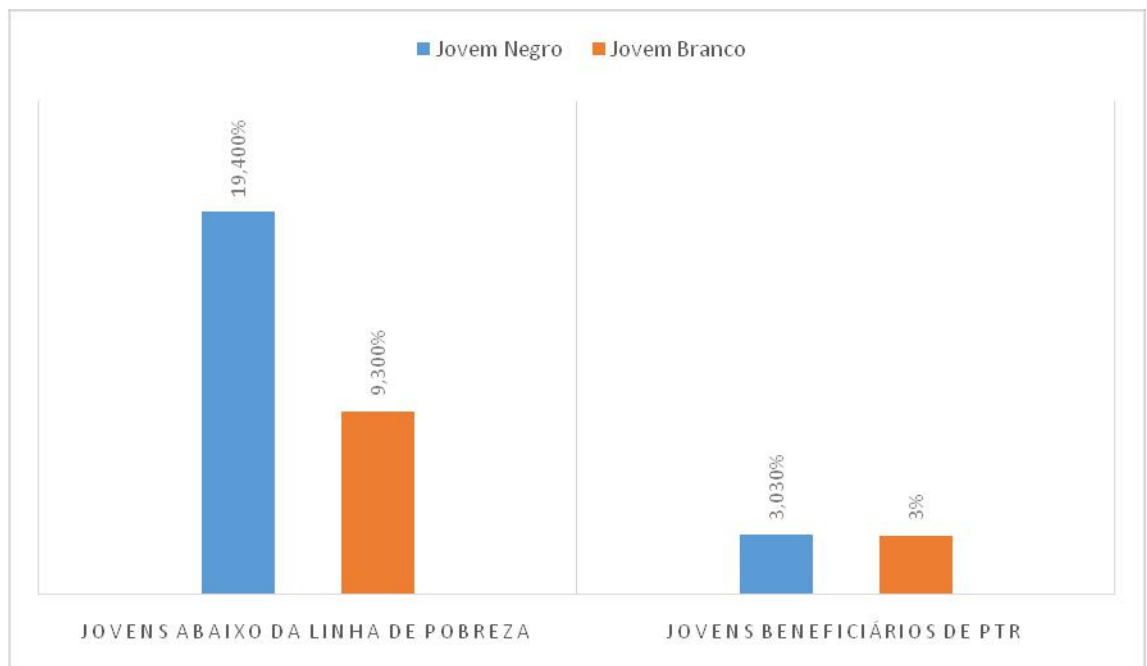
As expressões da segregação espacial, social e racial da cidade de São Paulo repercute na juventude, especialmente a negra. A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo, em 2014, contratou a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) para realizar um estudo acerca das condições de vida dos jovens dos 96 distritos da cidade de São Paulo. Dentre os indicadores analisados, selecionaremos cinco: Proteção Social, Violência, Trabalho, Habitação e Educação para ilustrar as consequências da segregação social e racial neste segmento.

Proteção Social

Esse indicador está relacionado à exposição dos jovens a situações de pobreza monetária, relações de emprego precárias, desemprego, risco social e alcance das políticas de transferência de renda.

O número de jovens abaixo da linha de pobreza²³, na cidade de São Paulo é duas vezes superior ao dos jovens brancos, todavia a quantidade de jovens negros beneficiados por programas sociais de transferência de renda (PTR) é apenas 1% maior, como ilustra o gráfico abaixo:

Gráfico 2 – Jovens beneficiados por programas de transferência de renda

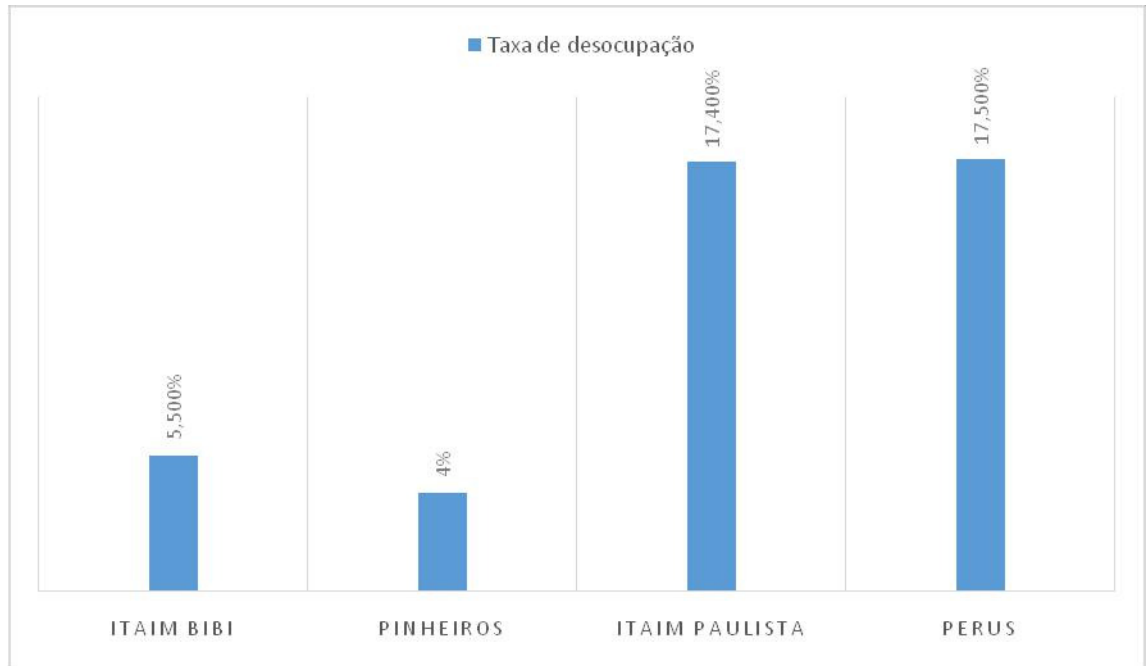


Trabalho

Com relação ao indicador trabalho, destacamos a taxa de desocupação por região de jovens que não estudam e nem trabalham. Seleccionamos quatro distritos, Itaim Bibi e Pinheiros, ambos localizados em áreas de baixíssima vulnerabilidade social, e Itaim Paulista e Perus, localizados em territórios de alta vulnerabilidade social:

Gráfico 3 – Taxa de desocupação de jovens

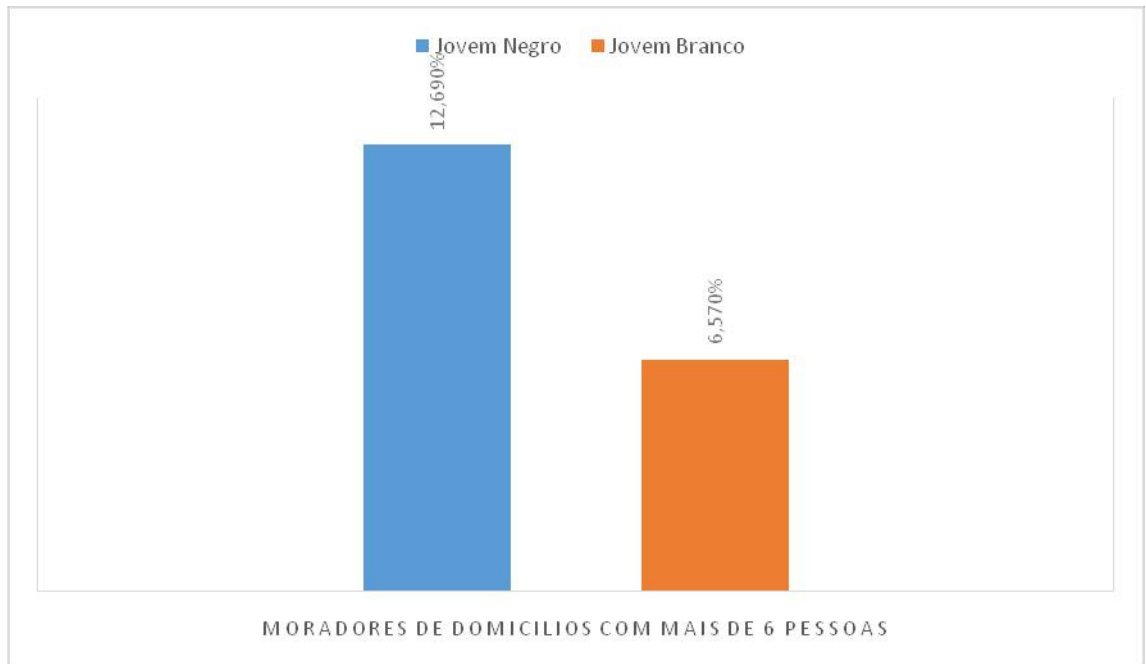
²³ Estabelece-se como linha de pobreza, a renda domiciliar per capita maior que zero e menor que 1\4 do salário mínimo de 2010 (equivalente a R\$ 127,50) (Mapa da Juventude, 2014).



Habitação

Com relação à habitação, destacamos que em 2010 12,69% dos jovens negros eram moradores de domicílios com mais de seis pessoas, o que é considerado uma densidade domiciliar elevada, ao passo que dentre os jovens brancos 6,57% encontravam-se nessa condição:

Gráfico 4 - Moradores de domicílios com mais de 6 pessoas

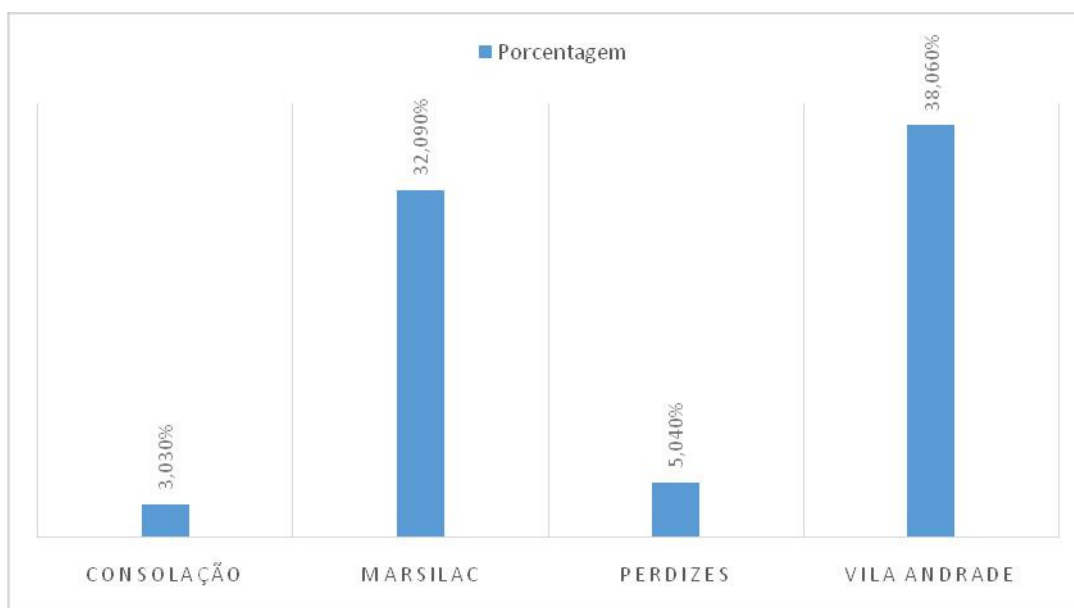


Educação

O estudo entende a educação como um importante mecanismo de desenvolvimento para o exercício da cidadania, promoção social e qualificação para o trabalho.

De acordo com as informações dos censos demográficos de 2000 e 2010, houve uma melhora no conjunto de indicadores relacionados à educação. Em 2000, a média de anos de estudos dos jovens paulistanos era de 8,8 anos, passando, em 2010, para 9,8 anos. Houve também uma queda da taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais, contudo o acesso a instrução ou ao ensino fundamental se dá de maneira desigual nos diferentes distritos da cidade:

Gráfico 5 – Acesso ao ensino fundamental – Comparativo entre distritos



O distrito da Consolação localizado na região central da cidade e o de Perdizes pertencente ao quadrante sudoeste, possuíam, respectivamente, em 2010 3,3% e 5,4% de seus jovens sem acesso à instrução ou ao ensino fundamental, ao passo que os distritos de Marsilac e Vila Andrade, ambos no extremo sul, possuíam 32,9% e 38,6%, respectivamente, de jovens na mesma situação.

Com relação ao acesso ao ensino superior, a desigualdade racial permanece: 48,4% dos jovens que frequentavam o ensino superior em 2010 eram brancos, os jovens negros representavam apenas 24,8%.

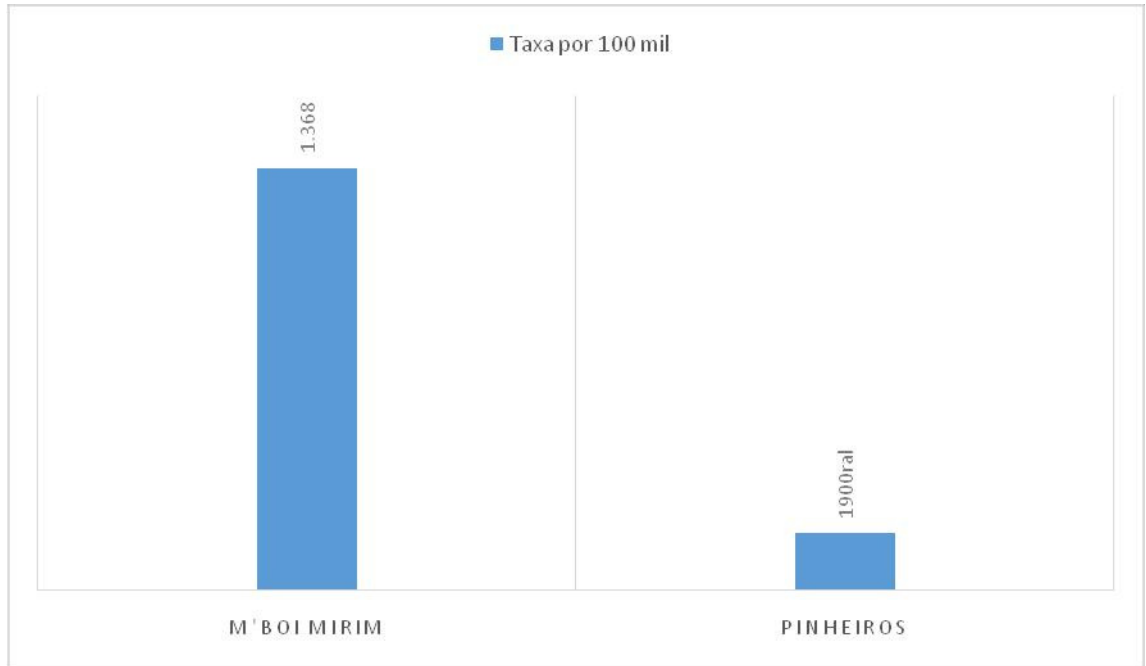
Violência

O indicador violência diz respeito à vulnerabilidade dos jovens a fatalidades e internações hospitalares por causas externas. O segmento que mais morre por causas externas é a população masculina entre 20 e 24 anos. O Mapa da Juventude indica que os distritos mais vulneráveis apresentam taxas de mortalidade de três a quatro vezes superiores que os demais jovens do restante da cidade.

Ao observar o número de mortes por causas externas violentas (homicídio, suicídio e acidentes de trânsito) em diferentes territórios nota-se que a mortalidade

agrava-se nos territórios mais vulneráveis, conforme ilustra o gráfico abaixo, apresentando a comparação entre o distrito do M'Boi Mirim (extremo sul) e o de Pinheiros (quadrante sudoeste).

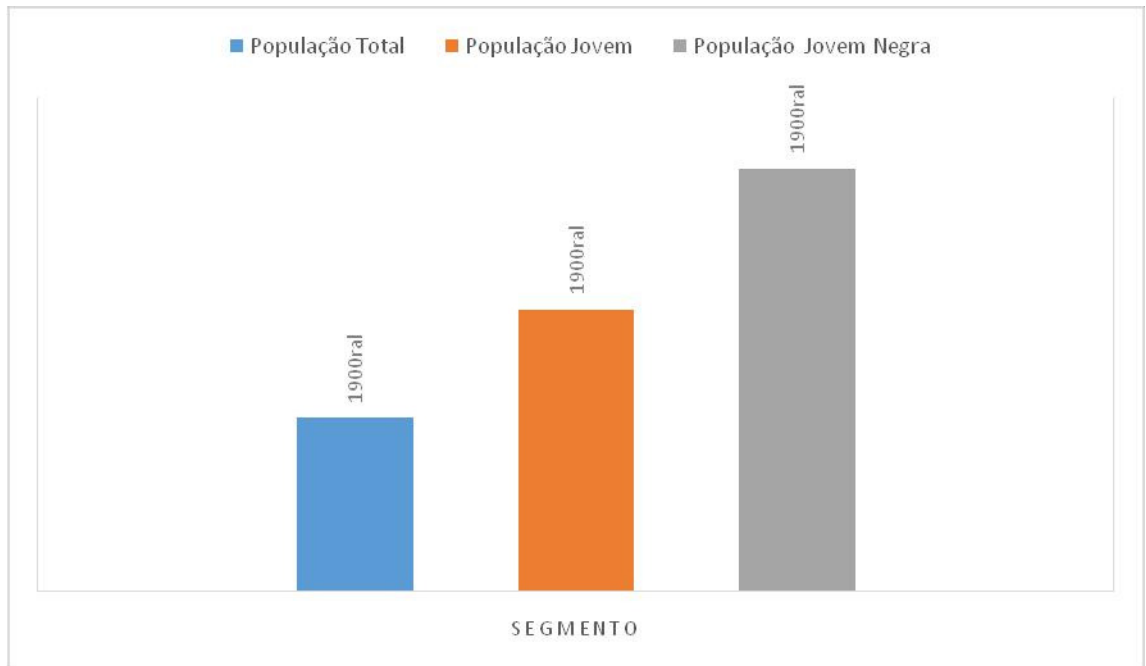
Gráfico 6 – Mortes por causas externas – Comparativo entre distritos



O Instituto Sou da Paz em estudo sobre a violência letal²⁴, apresentou dados relacionados às mortes por agressões na cidade de São Paulo. A taxa de vitimização de jovens negros na capital é superior à verificada para o estado de São Paulo como um todo. Jovens negros são 2,5 vezes mais vítimas de mortes por agressões na capital do que em outros grupos populacionais:

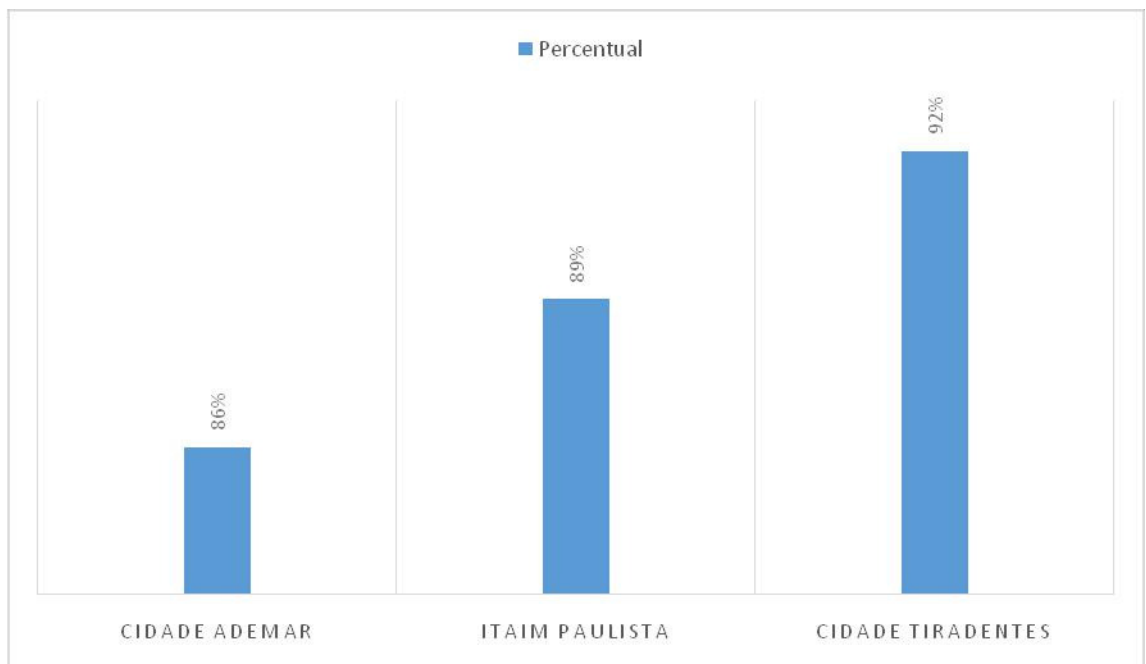
²⁴ Homicídios na cidade de São Paulo: diagnóstico das ocorrências registradas entre janeiro de 2012 e junho de 2013.

Gráfico 7 – Mortes por agressões



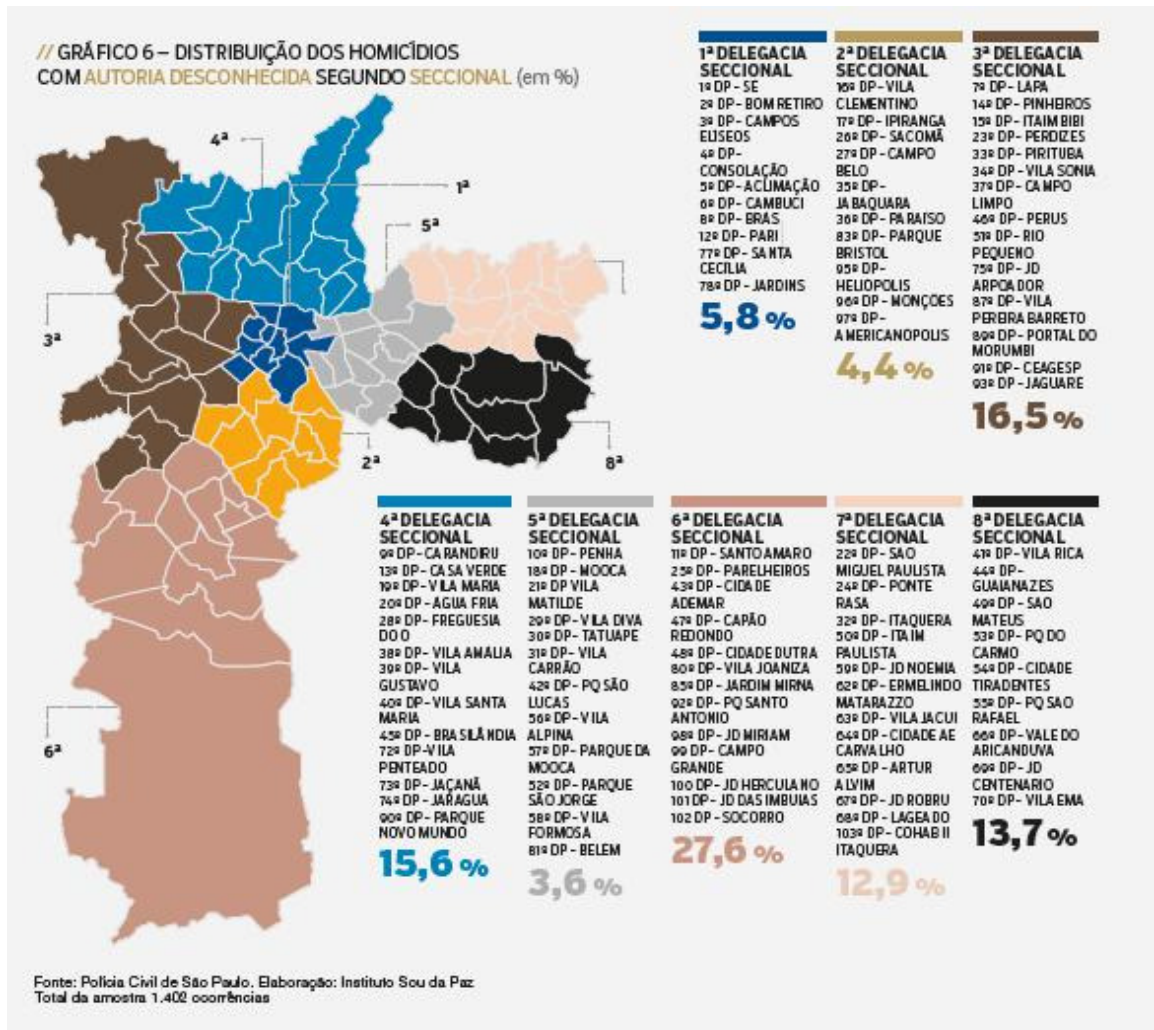
O estudo também demonstra que as subprefeituras com o maior percentual de mortes por armas de fogo na população jovem negra na capital paulista localizam-se nos extremos da cidade.

Gráfico 8 – Mortes por armas de fogo – Maiores percentuais



Ao analisar a distribuição dos homicídios no espaço urbano da cidade de São Paulo, o referido estudo utilizou dados referentes à violência letal no período de janeiro de 2012 a junho de 2013, constatando que as localidades de maior incidência de homicídios concentram-se nas áreas correspondentes à 6ª seccional. Esta reúne diversos distritos policiais da zona sul e abrange os bairros de Parelheiros, Santo Amaro e Cidade Ademar, representando 25,3% dos homicídios. Em segundo lugar está a 8ª delegacia seccional que abrange as subprefeituras de Guaianases e Cidade Tiradentes, correspondendo a 13,7%; as 2ª e 5ª seccionais, cujas jurisdições encontram-se nas subprefeituras de Pinheiros, Vila Mariana e Lapa, apresentam o menor volume de registros de homicídios, 4,4% e 3,6% respectivamente.

Figura 3 – Distribuição dos homicídios segundo seccional



Fonte: Instituto Sou da Paz

O Mapa da Violência 2014, ao fazer uma análise da evolução dos homicídios no Brasil de 2004 a 2014, apresenta os fatores que contribuem para compreender as altas taxas de homicídio nas regiões pobres e periféricas. Ele aponta o acesso às armas de fogo, o tráfico de drogas ilícitas – assim como as disputas pelo controle dos pontos de distribuição e venda –, o aumento do policiamento violento e repressivo, destacando a privatização dos serviços básicos como saúde, educação, previdência e segurança pública, progressivamente limitado pelo Estado para o conjunto da população que garante o mínimo de acesso a serviços sociais considerados básicos.

No que diz respeito à segurança pública, o Atlas da Violência 2016 trata da distribuição desigual da cobertura de segurança pública nas diversas áreas geográficas, com a priorização de espaços que oferecem mais visibilidade política e impacto na opinião pública. “Em teoria, os setores e áreas mais abastados, geralmente brancos tem uma dupla segurança: a pública e a privada, enquanto os menos abastados que vivem nas periferias preferencialmente os negros, tem que se contentar com o mínimo de segurança que o Estado oferece” (WASELFSZ, 2016, p.101).

Como fatores inibidores da violência letal, o Instituto de Economia Aplicada (IPEA), no Atlas da Violência 2016, destaca: o aumento do acesso a renda, a educação e a ambientes com maior vínculo associativo. Neste capítulo tratamos da vulnerabilidade social e dos índices de homicídio de forma a elucidar a maneira desigual com a qual ambos se manifestam nas diferentes regiões e segmentos populacionais da cidade de São Paulo.

Os dados apresentados nele escancaram a sonegação a direitos básicos demonstrando as condições de vida precárias vivenciadas nas periferias por grande parte da população negra, principalmente a sua juventude. Eles expõem parte significativa deste grupo à maior incidência de violência letal, articulando vulnerabilidade à morte, raça e território.

A guinada neoliberal rumo ao poder, pautando o em uma necessidade cada vez maior de exclusão social e eliminação física dos grupos que não se adaptam à agenda globalizante, potencializa os expedientes que vinham sendo cultivados desde o advento da República para o extermínio desse contingente populacional. As imagens e os números que cercam as condições de vida da população negra estampam essa dinâmica (FLAUZINA, 2008, p. 115).

Essa realidade impõe a necessidade de medidas urgentes de reversão da condição de vulnerabilidade a qual negros e negras estão submetidos, o que torna inconteste a necessidade de Políticas públicas focalizadas nesses territórios, entretanto, como bem destacou Flauzina (2008) no trecho acima, o Neoliberalismo potencializa as condicionantes do extermínio.

No cenário neoliberal há uma reordenação do Estado que assume o papel de coordenador suplementar que "visa garantir adequadas taxas de poupança e investimento, bem como colocar os serviços de educação e de saúde, entre outros, sob a responsabilidade das organizações públicas não estatais competitivas" (OLIVEIRA, 2008, p. 111).

Em termos clássicos, as funções do Estado podem ser compreendidas como um conjunto de medidas como as que ocorreram no período do chamado Estado de Bem-Estar Social, promoção de políticas expansivas, organização de uma produção autônoma, garantia de serviços públicos, investimentos em infraestrutura, redistribuição de renda por meio de prestações sociais, efetivação de direitos individuais e sociais, dentre outras (OLIVEIRA, 2008, p. 109).

Ainda com relação ao papel do Estado é importante destacar que na perspectiva do materialismo histórico, este não está dissociado do modo de produção do qual faz parte. Neste sentido, no modo de produção capitalista, seu papel fundamental é garantir a troca de mercadorias e assegurar a venda da força de trabalho (DEVULSKY, 2016), ou seja, manter a ambiência social favorável à manutenção das relações capitalistas.

O Estado, desde a Modernidade, por meio de Políticas Públicas – entendidas como estratégias governamentais de intervenção nas relações sociais que se originam das relações de força existentes na sociedade (OLIVEIRA, 2008) – era o responsável por possibilitar o acesso a bens e serviços públicos para todos. Essa perspectiva, no entanto, é alterada com o advento neoliberal (ROLNIK, 1997).

As Políticas Públicas surgem no Brasil a partir das pressões de movimentos sociais populares no início do século XX, como resposta do Estado aos problemas inerentes à questão social. A adoção do Neoliberalismo, além de enfraquecer as po-

líticas públicas, aumentou o processo de exclusão já existente (OLIVEIRA, 2008), acentuando as condições que levam à produção de mortes nas periferias.

No próximo capítulo trataremos do processo de produção da morte nas periferias a partir da perspectiva da Necropolítica, conceito desenvolvido pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2011).

4. NECROPOLÍTICA: A PRODUÇÃO DA MORTE DOS NEGROS E NEGRAS

Nos capítulos anteriores apresentamos o processo de exclusão social da população negra. Até aqui, foi possível constatar que a maioria dos negros e negras vivem nos territórios mais pobres da cidade de São Paulo, nas periferias, e que as mortes por violência letal concentram-se nos locais em que a maior vítima é a juventude negra.

A produção da morte na realidade das periferias brasileiras está inscrita nas diversas vulnerabilidades construídas em torno da população negra. A precarização da vida deste segmento desde o pós-abolição construiu as condições para o seu extermínio (FLAUZINA, 2008). “A distribuição desigual da morte na cidade de São Paulo, constitui-se em uma necropolítica estatal de gestão do espaço urbano e controle da população, seja por omissão, seja por cumplicidade com os padrões mórbidos de relações raciais no Brasil” (AMPARO-ALVES, 2010).

Necropolítica é o título de um ensaio publicado na Revista *Raisons Politique* em 2006, pelo filósofo camaronês Achilles Mbembe. Nesse trabalho o autor desenvolve o conceito contribuindo para o entendimento dos mecanismos de distribuição desigual da morte. A realidade retratada é a do continente africano no período pós-colonial e o autor busca desvendar novas formas de dominação e submissão nesse continente, além de analisar criticamente os fenômenos de violência próprios da periferia do capitalismo.

Necropolítica expande o conceito de biopoder proposto por Foucault (1988). De acordo com ele, existe uma produção calculada e otimizada da vida, ao passo que Mbembe salienta o primado da morte como estratégia de exercício do poder moderno em territórios e populações considerados como ameaça. Biopoder é uma das formas do exercício de poder sob a vida, desenvolvido a partir do século XVIII, sendo uma maneira de controle dos processos referentes ao nascimento, morte, saúde, segurança pública etc. da população. Com o desenvolvimento do biopoder, o poder desenvolve um papel central no modo de vida.

Até o século XVIII, o soberano possuía o monopólio da violência, tendo o direito sobre a vida de seus súditos. Foucault (1988) explica que na teoria clássica da soberania, o direito da vida e da morte era um dos atributos fundamentais, ou seja, o soberano pode fazer morrer e deixar viver.

Há uma inversão dessa lógica no contexto do Biopoder, o poder sobre a vida agora está direcionado ao seu controle, vigilância e organização e não a possibilidade de extinção (FOUCAULT, 1988). Trata-se de um poder de regulamentação, que consiste em fazer viver e em deixar morrer, tendo como objeto e objetivo, a vida.

Uma das dimensões da Necropolítica refere-se à destruição material dos corpos e populações humanas, julgados como descartáveis e supérfluos, remetendo-os a uma vida matável e sem valor (MBEMBE, 2011, p.135). Mbembe (2011) sugere que os regimes políticos atuais obedecem ao esquema de 'fazer morrer e deixar viver', justamente o oposto do biopoder, pautado na máxima 'fazer viver e deixar morrer'.

Com relação à soberania, a exemplo de Foucault, Mbembe também a entende como o poder de dar vida ou morte do qual dispõem os dirigentes, entendidos também como o Estado sobre seu povo. Soberania refere-se ao direito de matar: "La soberania consiste en ejercer un control sobre la mortalidade y definir la vida como El despliegue y La manifestación del poder" (MBEMBE, 2011, p. 25). "Los dirigentes de facto ejercen su autoridade mediante el uso de la violencia, y se arrogan El derecho a decidir sobre la vida de los gobernados" (MBEMBE, 2011, p. 13).

Um outro ponto de contato entre a obra de Foucault e a de Mbembe diz respeito ao racismo como regulador da função mortífera do Estado. "En la economía del biopoder la función del racismo consiste en regular la distribución de la muerte y en hacer posibles las funciones mortíferas del Estado" (MBEMBE, 2011, p. 23). Foucault (2005) apresenta o racismo, como justificativa científica que permite através a utilização de formas de poder sobre os mais fracos e o domínio de alguns sobre outros.

Nesses termos, o racismo assegura a função assassina do Estado, a condição para que esse possa exercer o "velho direito soberano de matar", que não se trata somente do assassinio direto, mas também do indireto, relacionado a expor a morte, multiplicar para alguns o risco de morte, a morte política, a expulsão, a rejeição (FOUCAULT, 2005, p. 306).

O racismo inserido nos mecanismos do Estado pela emergência do Biopoder é "o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu um corte: O corte entre o que deve viver e o que deve morrer" (Idem. 304).

Dessa feita, é possível estabelecer um diálogo com Agamben (2002) a partir da releitura do *Homo Sacer*, figura arcaica do direito romano, a qual contribui para a compreensão do processo de eleição daqueles que são passíveis de serem mortos, ou seja, que devem morrer. Na obra *Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua* Agamben trata da existência de indivíduos cuja vida é destituída de valor, retomando a divisão realizada na Antiguidade Clássica entre a vida natural (zoé) e a vida qualificada (bios).

Os gregos não possuíam um termo único para exprimir o que nós queremos dizer com a palavra vida. Serviam-se de dois termos, semântica e morfologicamente distintos, ainda que reportáveis a um étimo comum: zoé, que exprimia o simples fato de viver comum a todos os seres vivos (animais, homens ou deuses) e bios que indicava a forma ou maneira de viver própria de um indivíduo ou de um grupo. (AGAMBEN, 2002, p. 09)

Há uma distinção entre uma vida natural, a zoé, compartilhada por todos os viventes e que está fora do campo político, e outra, vida qualificada ou política: a *bios* que indica as características fundamentais que distinguem e qualificam o homem em seu caráter pela e na convivência.

Para Agamben (2002), o *Homo Sacer* remete a vida nua, que está entre a zoé e a bios. Com o advento do Biopoder, a vida humana transforma-se em objeto do poder soberano, reduzindo-a à condição de pura vida biológica, pronta para ser administrada pelos dispositivos ordenadores do poder, transformando-se dessa forma em vida nua.

O *Homo Sacer* refere-se à figura arcaica do direito romano, no qual uma pessoa ao ser proclamada “sacer” sagrada era excluída do direito, pois dizia respeito a alguém que foi julgado e condenado por um crime, e que por causa dessa condenação não poderia ser sacrificada (legalmente morta), porém quem a matasse não seria condenada por homicídio.

O que define a condição do *homo sacer* não é, pois, tanto a pretensa ambivalência originária do carácter sagrado que lhe é inerente, mas o carácter particular da dupla exclusão a que se encontra exposto. Esta violência – a morte que qualquer um lhe pode infligir impunemente – não é classificável nem como sacrifício nem como homicídio, nem como execução de uma pena nem como sacrilégio (...) (AGAMBEN, 2002, p. 83).

A vida do homo sacer é desprovida de qualquer proteção, nela o poder soberano pode ser exercido de forma plena. A condição ocupada pela população negra na sociedade brasileira, especialmente a sua juventude, remete a esta figura. As periferias do Brasil e, mais precisamente – considerando-se esta pesquisa - a periferia da cidade de São Paulo, podem ser consideradas como a dimensão da vida nua, senzalas contemporâneas, territórios sob a lógica da necropolítica. Os homicídios, a precária infraestrutura urbana, a escassez de equipamentos públicos e a violência policial podem ser considerados como mecanismos de controle e gestão da vida. Os dados da distribuição da morte no espaço urbano do município de São Paulo, demonstrados no capítulo 2 desse trabalho, bem como alguns casos de extermínio de jovens noticiados pelos jornais desnudam a distribuição calculada da morte que configura a Necropolítica.

A seguir apresentaremos algumas demonstrações factuais de como a Necropolítica vem sendo sedimentada como práxis política e ideológica na sociedade.

4.1 Eram todos negros

Grande São Paulo, novembro de 2016. Os corpos de Jonathan Moreira Ferreira, de 18 anos; César Augusto Gomes Silva, de 19 anos; Caique Henrique Machado Silva, 18; Robson Fernando Donato de Paula, 16 e Jones Ferreira Januário de 30 anos são encontrados numa área rural em Mogi das Cruzes, enterrados em covas rasas, cobertos de cal e em estado avançado de decomposição.

Os cinco jovens foram executados a tiros quando se dirigiam de carro para uma suposta festa na qual encontrariam garotas que conheceram em uma rede social. De acordo com as investigações do DHPP, a festa foi uma cilada armada pelo guarda Rodrigo Gonçalves, para vingar a morte de outro guarda civil. Dos cinco rapazes assassinados, dois estavam sendo investigados por suspeita de envolvimento na morte do guarda civil, no entanto o guarda Rodrigo e mais outros dois agentes de Santo André decidiram fazer uma investigação ilegal e paralela por conta própria.

Rio de Janeiro, Complexo do Alemão, abril de 2015. Eduardo de Jesus de 10 anos é morto com um tiro na cabeça enquanto brincava na porta de sua casa, a bala foi disparada por um policial militar. O inquérito policial concluiu que a ação dos policiais militares decorreu de uma situação de confronto com traficantes e o tiro que matou Eduardo foi acidental, desta forma a ação foi em legítima defesa e os policiais envolvidos não foram indiciados no inquérito. Essa versão é refutada pela família de Eduardo e pela Anistia Internacional, que informaram que no momento da morte da criança não havia confrontos com tiro no local.

Rio de Janeiro, Zona Norte, novembro de 2015. Roberto de Souza de 16 anos, Carlos Eduardo da Silva, 16 anos; Cleiton Corrêa de Souza, 18 anos; Wesley Castro, 20 anos e Wilton Esteves Domingos de 20 anos foram mortos após terem o carro metralhado por policiais militares. Os rapazes haviam saído para comemorar o primeiro emprego conquistado por um deles.

Esses três casos, ocorridos nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, tiveram cobertura dos meios de comunicação e ilustram como as periferias e favelas são tratadas como territórios de exceção, na qual as mortes são toleradas e legitimadas.

Diferente de outras pautas sociais e políticas, o assassinato desses jovens e o contexto no qual estão inseridos – o lugar de destaque ocupado pelo Brasil no ranking dos países mais violentos do mundo e o percentual 70% das vítimas de homicídios serem negras – não causaram grandes protestos nas cidades do país no intuito de pedir ações estruturais e de prevenção a esse tipo de violência, conforme mencionado por Sakamoto (2016) em matéria intitulada *Chacina de jovem negro e pobre não vale o arranhão deixado ao bater panela*.

A destruição material dos corpos e populações, julgados como descartáveis e supérfluos, como pontuado no início desse capítulo, é uma das dimensões da Necropolítica. A vida do jovem negro, reconhecida como a do homo sacer contemporâneo, é vida matável e sem valor. Não é necessário termos ordens para assassinar jovens negros da periferia. A constituição desses lugares e as forças de segurança pública foram conformadas para perpetuarem a precarização e extermínio da vida desse segmento.

Quando iniciei essa pesquisa eu me perguntava porque quando eu trabalhava em Higienópolis, um dos bairros com menor índice de vulnerabilidade social da

cidade de São Paulo, eu não encontrava no trajeto para o meu emprego jovens assassinados na rua como um dia encontrei em União de Vila Nova, local que trabalho atualmente. A pergunta pode parecer inocente e a resposta para muitos pode até ser óbvia. Uma das possibilidades de resposta é de que a cidade de São Paulo e sua segurança pública foram constituídas primeiro para garantir a vida e o patrimônio de quem vive nos territórios com menor percentual de pobres e negros, regiões nas quais não impera a lógica da Necropolítica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Davilson, chamado carinhosamente de Davi, era meu primo e foi assassinado aos 22 anos, na época eu tinha 10. Até hoje a minha família não sabe muito bem o motivo e a autoria da execução. Política? Tráfico? Dívida de drogas? O que sabemos e o que sentimos é a falta que ele fez e faz, a dor que sua morte nos causou, das tantas coisas que ele poderia ter realizado, os abraços não dados, as fotos que não foram tiradas, as conversas que não aconteceram, as festas e momentos marcantes que ele não pode compartilhar conosco.

Muitos anos se passaram, 25 para ser exata, e eu fui vendo pelas ruas, jornais, revistas, relatos de muitos “Davis” serem executados, arrancados de suas vidas, de suas famílias, de suas possibilidades, as histórias que tinham muitos pontos de contato: a cor da pele, o lugar de moradia, a trajetória familiar e as elucubrações com relação a motivação e justificativas para as execuções também: e as mortes dos “Davis” vem se tornando algo cotidiano e natural.

Helicópteros, faixa amarela, tiros, corpo negro caído no chão fazem parte do cotidiano das periferias do Brasil há décadas. Não é natural, episódico, trata-se de um processo construído sistematicamente. Processo, de acordo com a definição do dicionário Aurélio diz respeito à “ação continuada, realização prolongada de alguma atividade, seguimento, sequencia continua de fatos ou operações que se apresentam com certa regularidade, andamento, desenvolvimento” (FERREIRA, 1996, p. 733).

Como demonstrado nos capítulos anteriores dessa dissertação, as políticas de exclusão do pós-abolição, articuladas à segregação social e urbana da população negra, construíram as bases das condições de extermínio da juventude negra. É um processo que não se findou, visto que as periferias, atualmente sob a égide da Necropolítica, configuram-se como territórios de produção e reprodução da morte, marcado pela ascensão do Neoliberalismo e enfraquecimento das políticas públicas.

A produção da morte o ‘fazer morrer e deixar viver’ se dá pelas condições precárias de vida da população negra nas periferias. Produção desencadeada pelas políticas de exclusão do pós-abolição, à segregação urbana e racial atualmente intensificada pelas políticas neoliberais que precarizam as políticas públicas

essenciais para a garantia da cidadania e melhoria das condições de vida, especialmente dos grupos historicamente marginalizados.

A concentração de riquezas, o racismo como elemento estrutural das divisões de classe e a violência como prática permanente representam formas de se manter a ordem social racista e pautada na riqueza como matrizes da configuração da sociedade brasileira (OLIVEIRA, 2016) e as bases pelas quais as relações capitalistas se desenvolveram no Brasil. A destruição material de populações consideradas com descartáveis, em nosso caso a população negra, insere-se na lógica de reprodução do capital.

O extermínio da juventude negra não é pontual e não pode ser compreendido de forma desarticulada com outras questões. Tratar do extermínio é articulá-lo à pobreza, vulnerabilidade social, políticas públicas, segregação urbana, neoliberalismo, direito à cidade, etc.

Para desmontar essa máquina, a qual representa esse processo de produção de morte é necessário olhar para todas as suas engrenagens. O exercício que me propus no desenvolvimento dessa pesquisa foi a compreensão do processo que levou a população negra a viver nas regiões mais periféricas e pobres da cidade de São Paulo e os fatores que contribuem para que os índices de homicídios sejam maiores nessa população de forma a colaborar para a construção de estratégias e políticas que aumentem a longevidade dos negros e negras.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer. O poder soberano e a vida nua I.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ALMEIDA, Silvio Luiz. **Dossiê: Marxismo e a Questão Racial.** In: Margem a esquerda n.27 23-24, out. 2016.

AMPARO-ALVES, Jaime. **Necropolítica racial: a produção espacial da morte na cidade de São Paulo.** In Revista da ABPN, Volume 1, número 3, nov. 2010 - fev. 2011. Disponível em: <http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/viewArticle/100> Acesso em: 10 mai. 2015.

_____. **Topografias da violência: Necropoder e governamentalidade espacial em São Paulo.** In Revista do Departamento de Geografia, Volume. 22, 2011. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47222>> Acesso em: 20 jan. 2016.

ANDREWS, George Reid. **Blacks and Whites in São Paulo, Brazil 1888 - 1988.** Madison: The University of Wisconsin Press, 1991.

ARREGUI, Carola; BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela. **A vulnerabilidade social é atributo da pobreza?** In: Serviço Social e Sociedade, 144-177, jan./mar. 2009.

Banco Interamericano de Desenvolvimento e Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial de São Paulo. **Igualdade Racial em São Paulo: Avanços e desafios.** Brasil, 2015.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo.** São Paulo: Global Editora, 2008.

BENTO, Fabiana; RECHENBERG, Ligia. **Mortes violentas na cidade de São Paulo em 2011.** São Paulo: Instituto Sou da Paz, 2013.

BERNARDO. Teresinha. **Memória em branco e negro: um olhar sobre São Paulo.** São Paulo: EDUC, 1998.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil.** Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 4ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

CALDEIRA. Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo.** 3ª ed. São Paulo: Editora 34, Edusp, 2013.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Florestan Fernandes: a criação de uma problemática.** In Revista Estudos Avançados vol. 10 n. 26 São Paulo jan./abr. 2001. da ABPN, Volume 1, número 3, nov. 2010 - fev. 2011.

CARTA CAPITAL. Ninguém é culpado pela morte de Eduardo de Jesus In: Parlatório. São Paulo, 4 de novembro de 2015 Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/ninguem-e-culpado-pela-morte-de-eduardo-de-jesus-7409.html?utm_content=bufferd4b9b&utm_medium=social&utm_source=twitter.com&utm_campaign=buffer> Acesso em: 19 mar. 2017.

COMPARATO. Fábio Konder. **A civilização capitalista**. São Paulo: Saraiva, 2013.

COSTA, Ricardo Cesar Rocha. **Notas sobre exclusão social**. In Serviço Social e Sociedade, 93-109, nov. 2008.

CYMBALUK. Fernando. **UOL Notícias. Cotidiano** . Corpos de 4 dos 5 jovens mortos em chacina em SP são enterrados. São Paulo, 12 de novembro de 2016. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/11/12/levaram-meu-menino-diz-mae-em-enterro-de-4>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

DEVULSKY, Alessandra. **Estado, Racismo e Materialismo** In: Margem a esquerda n.27, p. 25-30, out. 2016.

DOMINGUES, Petrônio. **Uma história não contada. Negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós- abolição**. São Paulo: Senac, 2005.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1957.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. rev. e aum., 35.^a impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996. p. 733.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **A Cidade para poucos: Breve história da propriedade urbana no Brasil**. LABHAB, 2005. Disponível em <<http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/index.html#textos>> Acesso em: 20 jan. 2016.

FLAUZINA, Ana Luiza. **Corpo negro caído no chão: sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro**. Brasília: Contraponto, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. 19^o edição. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Em defesa da sociedade**. 4^a edição. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE Censo Demográfico 2010 – **Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência**. Disponível em <<http://censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em 04 out. 2016.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

_____. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas** – Espaço e Debates no. 6. São Paulo: NERU, 1982.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **O direito à cidade**, revista Piauí, 82, de julho de 2013.

IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, IPEA. **Vidas Perdidas e Racismo no Brasil**. Nota Técnica. Disponível em <<http://ipea.gov.br>> Acesso em 21 mai. 2015.

INSTITUTO SOU DA PAZ. **Homicídios na cidade de São Paulo: diagnóstico das ocorrências registradas entre janeiro de 2012 e junho de 2013** Disponível em <http://www.soudapaz.org/upload/pdf/3_homicidios_sp_ligiarechenberg.pdf> Acesso em: 15 jun. 2015.

KOVARICK, Lucio. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades – entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. In ARANTES, Otilia B. F. A cidade do pensamento único. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001. Livro I. (18ª ed.).

MBEMBE, Achile. **Necropolítica seguido de Sobre El Gobierno Privado Indirecto**. Santa Cruz de Tenerife: Melusina, 2011.

MONTAÑO e DURIGUETO, Carlos; Maria Lucia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

MOURA, C. **Brasil – Raízes do protesto negro**. São Paulo: Global, 1983

_____. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. Edições Zumbi, 1959.

_____. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

_____. **Dialética Radical do Brasil Negro.** 2ª edição. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.

_____. **Os quilombos na dinâmica social do Brasil.** Maceió: EduFal, 2001.

OLIVEIRA, Dennis. **Globalização e Racismo no Brasil.** São Paulo: Legítima Defesa, 2000.

_____. **Faxina étnica: projeto ideológico, ações políticas e interesses econossômicos.** In: Revista Fórum, 2013. Disponível em < <http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/10/ok-faxina-etnica-projeto-ideologico-aco-es-politicas-e-interesses-economicos/>> Acesso em 14 jun. 2015.

_____. **Dilemas da luta contra o racismo no Brasil.** In: Margem a esquerda, n.27, 31-37, out. 2016.

OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto. **Estado e políticas públicas no Brasil** In: Serviço Social e Sociedade, 101-123, mar. 2008.

OLIVEIRA, Reginaldo José de (org). **A cidade e o negro no Brasil: cidadania e território.** 2ª ed. São Paulo, 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório de Desenvolvimento Humano - Racismo, Pobreza e Violência.** Brasil, 2005.

ROLNIK, Raquel. **Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro),** Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro, nº17, 1989.

_____. **São Paulo.** Publifolha, São Paulo, 2001.

_____. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo.** São Paulo: Studio Nobel, 1997.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** 5. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.

_____. **O País distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania.** Org. Wagner Costa Ribeiro. São Paulo: Publifolha, 2002.

_____. SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: Globalização e Fragmentação.** 5. Ed. São Paulo: Hucitec, 2005.

SANTOS, Carlos José Ferreira. **Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza: (1890 – 1915).** São Paulo: Annablume, 1998.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial – **Relatório Igualdade Racial em São Paulo: Avanços e Desafios** – Relatório SP Diverso. São Paulo, 2014. Disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/igualdade_racial/arquivos/Relatorio_Final_Virtual.pdf> Acesso em: 25 out. 2016.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Planejamento – **Município em Mapas – Índices sociais** - 2004. Disponível em <http://www9.prefeitura.sp.gov.br/sempla/mm/mapas/indice5_1.pdf> Acesso em 28 abr. 2017.

SAKAMOTO, Leonardo. **Chacina de jovem negro e pobre não vale arranhão deixado ao bater panela**. In Geledés, 2016. Disponível em <<http://www.geledes.org.br/chacina-de-jovem-negro-e-pobre-nao-vale-o-arranhao-deixado-ao-bater-panela/>> Acesso em: 19 mar. 2017.

VILLAÇA, Flávio. **O Território e a dominação social**. In: Margem Esquerda, volume 24. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

UNODC, 2013. **Relatório Mundial sobre drogas**. Nações Unidas. Disponível em <https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil//Topics_drugs/WDR/2013/Sumario_Executivo_Portugues_FINAL.pdf> Acesso em 12 mai. 2017.

WAISELFISZ, Jacob. **Mapa da violência 2015: Mortes matadas por armas de fogo**. Unesco, Brasília, 2015. Disponível em <http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015_jovens.php> Acesso em 12 mar. 2015.

_____. **Mapa da violência 2016: Mortes por armas de fogo**. Unesco, Brasília, 2015. Disponível em <http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2016_jovens.php> Acesso em 04 out. 2016.